

Trabalhadores

JORNAL DOS

ANO 1 — Nº 2 — Segunda quinzena de abril de 1982 — Cr\$ 50,00

Nesta Edição
ENCARTE ESPECIAL
Carta e Plataforma
Eleitoral do PT

Greve não é caso

de Justiça Militar!

Recado do Lula



Quem deve temer

Nos últimos tempos, começaram a aparecer vários processos contra os que denunciaram as corrupções e mordomias praticadas por gente do Governo. E já se diz por aí que algumas autoridades chegaram a montar escritórios, com advogados especialmente contratados para processar os denunciadores da corrupção.

Quem, do uma autoridade que pratica a corrupção processa quem a denuncia, ela está querendo mostrar à opinião pública que se ofende por ser chamado de corrupto. É uma forma de intimidar quem faz denúncias.

Ora, é bom que os corruptos processem os que os denunciam. É bom, porque assim as denúncias vão para a Justiça. E, na Justiça, vai ser possível provar que existe de verdade a corrupção.

Portanto, quem deve temer a Justiça não é quem denuncia a corrupção, mas quem a faz.

Luiz Inácio da Silva

Numa decisão histórica, a Justiça Militar declarou-se incompetente para julgar os sindicalistas do ABC

"Foi uma decisão já esperada por todos aqueles que acreditam na capacidade de organização do povo", declarou Lula na sede do PT em São Paulo, sexta-feira, à noite, dia 16, logo depois de chegar de Brasília.

Ele ficou sabendo da decisão do Superior Tribunal Militar — que se declarou incompetente para julgar os sindicalistas — ainda no aeroporto de Congonhas. "Estou tranquilo, porque vou continuar fazendo o que fazia antes, ou seja, organizar a classe trabalhadora para suas conquistas, em busca de sua libertação".

Espada na cabeça

Lula disse que durante os dois anos em que permaneceu "com uma espada na cabeça" não deixou de ter "muita fé e até um excesso de otimismo". E explicou: "Por mais injustiça que haja neste País, não poderia haver esta, tão absurda, de condenar os trabalhadores. Sempre acreditei que seria absolvido, na 1ª, na 2ª, em qualquer instância, algum dia".

Contradição

O presidente do PT disse que ficou, é claro, preocupado durante toda a fase do processo, "não por estar perante a Justiça, mas por estar sendo processado por uma coisa pela qual não poderia ter sido processado". Segundo Lula, o governo, no fundo, criou um sério problema político para si mesmo. "O governo fala aos quatro cantos do mundo e do Brasil que existe democra-



Lula, Djalma, Juraci e os outros metalúrgicos tiveram que vestir gravata para assistir a seu julgamento.

cia e abertura e cairia numa contradição se os trabalhadores fossem condenados", disse Lula.

Para ele, "a primeira contradição, absurda, ocorreu quando no Deops, com a prisão dos sindicalistas, se tentou

levar o movimento de 80 para o campo da segurança nacional".

Continua candidato

Quanto à sua candidatura ao governo de São Paulo, Lula disse que o julgamen-

to não mudaria nada, pois o Partido sabia das consequências de uma eventual condenação e já estava preparado para qualquer hipótese. "Na verdade, o pessoal sempre acreditou na absolvição e, agora, as coisas continuam muito melhor do que antes", afirmou Lula.

Morte de bóias-frias causa revolta em SP

Um clima de revolta margou, no dia 13, uma terça-feira, o sepultamento de 20 bóias-frias, em sua maioria jovens, mortos na noite anterior no capotamento do caminhão que os transportava, na rodovia Catanduva-Bebedouro, no interior de São Paulo. Eles, que tinham saído de Bebedouro às 6 horas da manhã, estavam voltando para suas casas quando ocorreu o acidente — mais um da longa série de tragédias do tipo, consequência do transporte inseguro dos trabalhado-

res rurais volantes e do descaso com que patrões e autoridades tratam o homem do campo.

Sem seguro de vida nem registro na carteira profissional, os bóias-frias trabalhavam para Paulo Rosa dos Santos (empregado ou "gato", como se chama na região) na colheita de laranjas na fazenda Palmares Paulista, perto de Catanduva. Em menos de um ano, este foi o terceiro acidente grave ocorrido na região.

O mínimo não dá para nada

Mais uma vez, o reajuste do salário mínimo, que entra em vigor no próximo sábado, 1º de maio, ficará fora da lei. O maior salário mínimo do país passará para Cr\$ 16.596 (valendo para São Paulo, Rio, Minas, Brasília, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo) e o menor ficará em Cr\$ 13.920, (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe). Há ainda um valor intermediário, de Cr\$ 14.400 (Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará, Pernambuco, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás).

Segundo o DIEESE, o novo mínimo dá para duas pessoas e meia comprarem hoje, a ração alimentar básica mensal prevista nas leis. Mas como cada família brasileira tem em média quatro ou cinco pessoas, viver do salário mínimo é mais do que um milagre o que é feito por metade dos trabalhadores do país. Ainda mais se for levado em conta que depois de comprar essa ração mínima, não sobrá nada para o aluguel, condução, roupas e todo o resto.

Justiça
para
Santo Dias

Pag. 5

Malvinas:
ninguém
tem razão

Pag. 2



A campanha nas ruas

A primeira campanha eleitoral do Partido dos Trabalhadores começa a tomar conta das ruas neste dia 21 de abril. O povo esperou muitos anos por esse acontecimento. Agora, caminhamos a passos firmes até o dia 15 de novembro. Por isso, ninguém pode perder: a festa começa às 15 horas, no Largo 13 de Maio, ao lado da Escola Paulo Eiró, em Santo Amaro, São Paulo. Lá estarão os candidatos do PT, com Lula para governador. Será um feriado bonito, em meio a cores, fogos, balões, música, escolas de samba, muita alegria, muita fé, muita esperança. Isto sim é campanha, pois o povo sabe: Trabalhador vota em trabalhador.

Principais resoluções do Encontro Nacional do PT

Pág. 4

Editoriais

Revogar a LSN

A atual Lei de Segurança Nacional deve ser revogada. A desclassificação da greve do ABC na LSN, decidida dia 16 pelo STM, é uma grande vitória dos trabalhadores. Mas não basta, porque há ainda numerosos processos pela LSN. Por isso, ela deve ser revogada. Se, depois, o Brasil precisar de uma nova Lei de Segurança Nacional, ela deverá ser feita com a participação democrática de toda a sociedade. Porque a atual foi feita para atender aos interesses de uma elite, que não tem qualquer ligação com o povo.

A LSN não é ruim apenas porque está sendo aplicada contra os onze sindicalistas do ABC, contra Lula e Jacó, presidente e secretário do PT, contra os padres, contra jornalistas. A LSN é ruim porque, a qualquer pretexto, ela pode ser aplicada a cada um dos 120 milhões de brasileiros. E a todos eles em conjunto.

Os processos que o governo está aplicando contra os trabalhadores, com base na LSN, não acabarão com as suas lutas. Ao contrário. Poderão ser o início de uma luta maior ainda. De uma luta com maior unidade e com maior força.

Nesses processos, o que quer o governo? Que os trabalhadores não façam greve? Que não lutem por seus direitos? Que aguentem calados a exploração, a opressão, as humilhações, o desemprego, a fome, a miséria? Que fiquem quietos diante de patrões que atrasam o pagamento dos salários durante meses e não dão a menor satisfação aos seus empregados, como acaba de acontecer com a Coferraz?

É preciso saber quem, realmente, cria problemas para a segurança nacional. Não são os trabalhadores. Os trabalhadores constroem a riqueza do Brasil. Quem verdadeiramente põe em perigo a segurança da Nação é outro tipo de gente: É a multinacional, que explora o trabalhador brasileiro e leva o lucro para o Exterior. É a autoridade que, por ação ou por omissão, deixa a dívida externa brasileira chegar ao ponto vergonhoso em que está agora. É quem loteia o território brasileiro para atender aos interesses de empresas e governos de outros países. É quem vive do trabalho alheio e paga baixos salários e cobra preços absurdos.

No caso específico do processo contra os onze sindicalistas do ABC, o resultado final foi altamente significativo para a história das lutas dos trabalhadores brasileiros.

O processo passou da LSN para a lei de greve. Os trabalhadores conquistaram uma vitória contra a LSN e prosseguirão sua luta contra a lei de greve.

Lula está tranquilo. Seus companheiros também. O que eles sentem, neste momento, pode ser expresso por estes versos do poeta palestino Samih-Al-Qassim:

Talvez eu perca — se assim o desejas — o meu salário
Talvez venda as minhas roupas e meu colchão
Talvez trabalhe como pedreiro ou como lixeiro
Talvez procure grãos no estreme
Talves fique nu e faminto
Mas não comerciarei
E até a última pulsação das minhas veias
Hei de resistir
Talvez tires de mim o último tostão da minha terra
Talvez botes na cadeia a minha juventude
Talvez roubes a herança dos meus avós
Os móveis... os talheres e as vasilhas
Talvez queimes meus poemas e meus livros
Talvez jogue meu corpo aos cães
Talvez sumas no terror a nossa aldeia
Mas não transigirei
E até a última pulsação das minhas veias
Hei de resistir
Talvez apagues todas as luzes da minha noite
Talvez afastes o amor da minha mãe
Talvez deturpes a minha história
Talvez coloques máscaras para enganar os meus amigos
Talvez ergas ao redor de mim muros e muros
Mas não transigirei
Oh, inimigo do sol!
Hei de resistir.

Respeito aos Direitos dos Presos

A Secretaria Jurídica do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, coordenada por Hélio Bicudo, elaborou o seguinte pronunciamento:

"Os últimos e lamentáveis acontecimentos de que foi palco a Casa de Detenção de São Paulo bem espelham a atitude da Administração relativamente aos direitos dos presos. Esses direitos são os direitos da pessoa humana, que estão inscritos na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e que são, em nosso País, praticamente desconhecidos, porque são os direitos das camadas populares; em última análise, os direitos dos pobres.

"Isto porque, no Brasil, somente o pobre e as exceções acaso existentes apenas confirmam a regra — é sujeito de "direito penal", suportando todo o peso da repressão, que se vem constituindo na única atitude do "sistema" para conter a violência que ele mesmo, em larga medida, propicia e acalenta.

"Com uma legislação penal voltada preferencialmente contra o pobre, contra o trabalhador, os nossos presídios transformaram-se em imensos depósitos de homens, porque para as classes dominantes, o que importa é segregá-lo, ao invés de procurar reeducar e tratar tantos quantos foram compelidos, pelas desigualdades existentes, a palmilhar a estrada tortuosa do crime.

"As mortes, todas elas injustificadas, de detentos ou de servidores, fruto do desespero no primeiro caso ou do despreparo no segundo, devem ser constituído no mais veemente libelo contra um governo que não oferece alternativas ao quadro atual e que se limita a procurar, fora do País, exemplos de igual atitude, para justificar suas omissões.

"O problema é nosso e somos nós — o

povo brasileiro — que, diante da costumeira ausência das elites, teremos de encontrar as soluções capazes de um encaminhamento mais racional e mais humano.

"Não basta construir novos cárceres, que serão novos depósitos onde a corrupção será a tônica maior. Como também não basta construir, ao invés, novas escolas.

"Se lembrarmos que hoje no Brasil existem mais de trinta milhões de menores carentes, poderemos concluir que de nada irão valer novas casas de detenção, novas penitenciárias, novos reformatórios ou novas escolas, vazias de conteúdo humano.

"A questão não pode se reduzir a alegações a propósito de mera falta de recursos, mas encontrar os caminhos para uma adequada utilização dos dinheiros públicos, tendo em vista que pena não é castigo, mas oportunidades de reeducação e de reintegração na vida social e que a polícia não é instrumento para soluções que hoje se qualificam, sobretudo, por um verdadeiro genocídio de presos e delinquentes.

"O Partido dos Trabalhadores, diante das repetidas violências que se praticam contra aqueles que, por estarem presos, merecem proteção especial do Estado, ao invés de servirem de pasto a sentimentos menos nobres que buscam na sua eliminação sumária uma proposta de ação, manifesta a sua solidariedade a quantos perderam a vida ou tiveram lesada sua integridade física, solidariedade que se estende a seus familiares, e reafirma a sua intenção de propor e de efetivar medidas que acabarão por desvendar a verdadeira dimensão do tratamento penal, preventivo e educativo e que encontram seu fundamento na participação de todos nos problemas de todos."

Cartas

"... Mantendo-se nesse padrão editorial que mostra as seqüelas do regime imposto ao povo em 1964 pela força cega das armas, mas o fazendo em linguagem correta, séria e respeitável, estou certo que nosso jornal marcará época, preenchendo uma lacuna que se faz sentir no campo da informática brasileira."

Raul Quevedo,
Porto Alegre, RS.

"... É uma iniciativa que fortalece o amplo movimento pela democracia, que cada vez mais se expande pela sociedade brasileira."

Pedro del Picchia,
São Paulo, SP.

"... Quanto ao item participe ainda mais acho que faltou no 'como será o jornal do PT' incluir a sua meta, algo como: o jornal do PT privilegiará o princípio de dar voz a quem não tem voz."

Aquiles Marciano Cordeiro,
SQS 412, Bloco E, apto. 108,
Brasília, DF.

"... Saudá-los, descendo-lhes muita força pra agüentar as barras que virão."

Luiz Sérgio de Viveiros,
editor do Jornal Literário Solux
São Paulo, SP.

Recebemos também, além das congratulações, críticas e avaliações de vários leitores, que agradecemos.



Internacional

Nem Inglaterra, nem Argentina

No caso das Ilhas Malvinas, o Brasil deve evitar as aventuras irresponsáveis

Nessa história das ilhas Malvinas, duas coisas precisam ficar bem claras. Uma é a falta de razão da Inglaterra. E a outra é a falta de razão da Argentina.

A Inglaterra

A falta de razão da Inglaterra é a do colonialismo. No século 18, as Malvinas estiveram, ao mesmo tempo ou em momentos diferentes, nas mãos de ingleses, franceses e espanhóis. A Espanha foi a última potência que controlou as Ilhas.

Mas quando a Argentina ficou independente, em 1810, as Malvinas estavam abandonadas. Só dez anos depois os argentinos fundaram uma colônia por lá. Mas foram expulsos pelos ingleses em 1833.

A Argentina reclamou, mas a Inglaterra era então a maior potência do mundo. Não adiantou nada.

A Argentina

Já a falta de razão da Argentina é a da ditadura militar. Seis anos depois do golpe, que derrubou o governo de Isabelita Perón, a Argentina tem problemas seríssimos, muito mais urgentes do que as Malvinas. Embora o povo lá consiga viver em média melhor do que os brasileiros, a economia deles está ainda pior do que a nossa.

No ano passado, o Produto Nacional Bruto caiu em 6 por cento e a produção industrial em 15 por cento, enquanto a inflação chegava a 120 por cento.

Na política, a situação também é de impasse. Faz pouco mais de três meses que o general Leopoldo Galtieri deu um golpe no general Roberto Viola e virou presidente. É um golpe militar atrás de outro golpe militar.

O governo também ainda não prestou contas das pessoas que, aos milhares, desapareceram nas mãos da repressão depois do golpe de 1976. Os partidos políticos estão proibidos de funcionar.

A Confederação Geral do Trabalho (CGT), talvez a mais poderosa organização de trabalhadores da América Latina, é hoje uma entidade semiclandestina, debaixo de violenta repressão. Dois dias antes da reconquista das Malvinas, a polícia da ditadura militar argentina prendeu dois mil trabalhadores e dissolveu a bala uma passeata convocada pela CGT, para protestar contra a política econômica, que tem no arrocho salarial uma de suas bases e está provocando o desemprego em massa.

É para ver se o povo esquece esses problemas que a ditadura militar da Argentina resolveu levar o país para a aventura das Malvinas. Mas a aventura não vai resolver nenhum problema.

Contra a intervenção em El Salvador

Uma carta endereçada ao presidente dos Estados Unidos e contendo a assinatura de mais de 200 personalidades representando algumas das mais importantes entidades democráticas e populares do Brasil foi entregue ao cônsul daquele país em São Paulo. O cônsul recebeu uma comissão formada por representantes da UNE, do CBA e do CBS, ouviu suas explicações e prometeu enviar o documento ao governo norte-americano.

O documento é contra a intervenção militar em El Salvador, pela autodeterminação do povo salvadoreño e pelo reconhecimento internacional da organização que melhor representa os interesses da maioria da população daquele país, a FDR-FMLN.

Segundo a carta, "o povo brasileiro tem



O Brasil

Até agora, diante desse conflito, o governo brasileiro praticamente se limitou a dizer que apóia a reivindicação da Argentina sobre as Ilhas, mas espera que tudo seja resolvido pacificamente.

Acontece que a Argentina está muito isolada. Foi condenada na ONU e está sofrendo um boicote econômico decidido pelos principais países da Europa Ocidental, que fazem parte do Mercado Comum Europeu.

Por causa desse isolamento, a cada dia que passa, os militares argentinos estão mais tentados a apelar para a entidade chamada Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), um acordo que obriga os países americanos a se ajudarem, inclusive militarmente, quando um deles for atacado por força estranha ao continente.

Uma aventura

Pois bem, diante dessa possibilidade, que não exclui nem o envolvimento do Brasil numa guerra, o governo brasileiro ainda não tomou uma posição clara. Uma posição que afirme, sem ambigüidades, que o povo brasileiro tem problemas muito sérios a resolver, tão ou mais sérios aliás quanto os do trabalhador argentino. Por isso, não faz qualquer sentido para ele embarcar numa aventura a reboque da ditadura militar da Argentina.

Repúdio à repressão

O PT emitiu a seguinte nota oficial a respeito da repressão aos trabalhadores argentinos:

"A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores, através da Presidência do Partido, vem a público para manifestar seu mais veemente repúdio à bárbara repressão policial — militar que atingiu os Sindicatos da CGT, os partidos políticos de oposição, os estudantes e o povo argentino, quando da manifestação popular do último dia 30 de março.

"O regime militar argentino, de notória inspiração fascista, tenta perpetuar-se no poder que usurpou em 1976, através do aparato repressivo e pelo esmagamento das organizações populares e de trabalhadores.

"Mas, como as demais ditaduras latino-americanas, esquecem-se os militares argentinos, que não há derrotas para a luta pela liberdade, e o povo argentino reencontrará seus princípios democráticos.

"Exigimos a imediata libertação do companheiro Saul Ubaldini, vice-presidente da Confederação Geral de Trabalhadores e de todos os companheiros sindicalistas presos arbitrariamente. Liberdade para os 2.600 trabalhadores presos. O PT está ao lado dos trabalhadores e do povo argentino. Todo apoio à CGT. Luis Inácio da Silva, presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores."

JORNAL DOS Trabalhadores

Órgão oficial do Partido dos Trabalhadores — PT. Nacional. Quinzenário. Redação e Administração: Travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 145 - CEP: 01318 - São Paulo - SP - Brasil - tets: (011) 37-3595 e (011) 34-1609

Editor Responsável: Perseu Abramo (reg. prof. 5.436, mat. sind. 1085). Administração: Júlio Rafael e Sérgio Allí. Departamento Jurídico: Luiz Eduardo Greenhalgh. Produção Gráfica: Elifas Andreato, Cid Marcondes de Oliveira, Joca, Nicolielo. Fotografia: Samuel Iavelberg. Revisão: Edith Negraes, Lais Oreb, Ida Martins, Dilair Aguiar.

Composição e Fotolito: Editora Letra Ltda, rua Artur de Azevedo, 1977, tel. 212-5061. Impressão: Cia Editora Jorúés, rua Gastão da Cunha, 49, tel. 531-8900 - SP.



PM prende estudantes durante manifestações de apoio aos sindicalistas em frente ao STM, em Brasília, no dia 16 de abril.



Carrasco simbolizava a Lei de Segurança Nacional na passeata realizada dia 16 de abril em São Paulo.

Militares admitem: greve não é crime.

Depois de presos, processados e condenados pela Justiça Militar de São Paulo, os sindicalistas do ABC livram-se da LSN, no caso da greve de 80.

Sexta-feira, 16 de abril de 1982. Essa será uma data histórica para os trabalhadores brasileiros. Nesse dia, em Brasília, a própria Justiça Militar considerou que fazer e participar de uma greve não é crime contra a segurança nacional.

A decisão foi anunciada às 20:30 horas, quando souou a campainha do plenário do Superior Tribunal Militar (STM) e foi lido o resultado do julgamento dos 11 sindicalistas do ABC paulista processados — e já condenados na Justiça Militar de São Paulo — por liderarem a greve dos metalúrgicos de 1980.

Por maioria de votos, os juízes consideraram que a Justiça Militar era incompetente para julgar trabalhadores que utilizam a greve como forma de defender os seus direitos. Isso também significa que Lula e os demais trabalhadores processados têm o direito de concorrer a qualquer eleição.

Uma decisão histórica

“A declaração de incompetência, feita pela Justiça Militar, para decidir sobre o processo dos sindicalistas do ABC, tem um alto significado para a classe trabalhadora. Ela quer dizer, claramente, que a Lei de Segurança Nacional não pode ser aplicada em questões de greve, de luta por melhores salários. De certa forma, a histórica decisão do STM é a melhor decisão possível, porque fixa uma jurisprudência que abre um novo caminho para as lutas e para a organização dos trabalhadores do Brasil.”

As declarações são do deputado Aírton Soares, um dos advogados dos metalúrgicos do ABC, logo após ter sido divulgado o resultado do julgamento do dia 16, em que o Superior Tribunal Militar, por nove votos a três, aceitou a preliminar de incompetência apresentada pelos advogados dos trabalhadores e declarou-se incompetente para julgar o mérito da questão.

Embora a desqualificação do processo na Lei de Segurança Nacional não signifique absolvição, ela quer dizer que, por ora, Lula e os demais sindicalistas estão fora desse processo.

Manifestações contra a condenação

Mais de quarenta associações populares, entre elas 21 sindicatos de trabalhadores, aderiram à campanha de protesto contra o enquadramento dos sindicalistas do ABC na Lei de Segurança Nacional. A campanha foi coordenada pelo “Comitê contra a Condenação de Lula e Sindicalistas do ABC”, que funcionou na sede do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo.

Entre os sindicatos solidários com a campanha estão alguns dos mais importantes do Estado, como o dos químicos, dos têxteis, dos metalúrgicos de São Bernardo, além do próprio Sindicato dos Bancários. A Frente Nacional do Trabalho, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES), também aderiram à luta.

Justiça Comum

Com essa decisão, o processo dos sindicalistas do ABC será remetido para a Justiça Comum, onde poderá ser julgado com base nos termos da Lei de Greve. Mas os advogados presentes ao julgamento imediatamente lembraram ser provável que a decisão do STM equivalha a uma absolvição: no Direito Trabalhista, os crimes prescrevem — são apagados e deixam de existir — em dois anos. E a denúncia contra os sindicalistas foi feita em meados de maio de 1980 — está, portanto, para caducar nos próximos dias.

O governo, através do procurador-geral da Justiça Militar ainda poderá recorrer do resultado do julgamento de sexta-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF). Será difícil, contudo, que as coisas mudem. Extra-oficialmente, foi possível apurar que a decisão de remeter o processo para a Justiça Comum foi adotada por 9 dos 12 juízes.

Desdobramentos possíveis

A Justiça Militar deverá enviar os autos do processo para a 1ª Instância da Justiça Federal, em São Paulo. O procurador da Justiça Civil terá de examinar se já não passou o prazo para apresentar novo processo. Se o prazo já passou, isto é, se a ação prescreveu, não haverá mais processos contra Lula e os sindicalistas nesse caso. Se não prescreveu, o procurador deverá verificar se tem ou não, em mãos, elementos que lhe permitam abrir novo processo. E só então poderá tomar a decisão de constituir ou não novo processo, agora na Justiça Civil.

Lula elegível

A decisão do STM assegurou a Lula e aos demais sindicalistas o direito de se candidatarem e se elegerem.

A nova lei de inelegibilidade diz que só não podem ser eleitos os que forem condenados depois de tentados todos os recursos a todos os tribunais. Portanto, mesmo que Lula e os demais sindicalistas sejam submetidos a novo processo, na Justiça Civil, sobre a questão da greve de 80, em 82 eles poderão ser eleitos.

Pró-Cut

Na reunião do dia 4 de abril, a Comissão Pró-Cut manifestou sua solidariedade aos sindicalistas, divulgando um manifesto no qual diz, entre outras coisas: “Nós não reconhecemos legitimidade a esse governo para julgar quem quer que seja, muito menos as nossas lideranças”. E mais: “A condenação dos metalúrgicos do ABC pela Justiça Militar de São Paulo não passa de mais uma prova de permanência do autoritarismo, demonstrando que não houve abertu-

Todas as etapas do julgamento

Seis advogados defenderam os sindicalistas no julgamento do Superior Tribunal Militar, dia 16, em Brasília. Eis a relação de advogados e respectivos clientes:

Advogado Luis Eduardo Greenhalgh: Lula, Djalma Bom, Manoel Anísio e Juraci Batista. Aírton Soares, Nelson Campanholo. Iberê Bandeira de Melo: Rubens Teodoro. José Paulo Sepúlveda Pertence: Gilson Correia. Helene Fragoso: Wagner Lino Alves e Osmar Santos de Mendonça. Idíbal Piveta: José Maria de Almeida e Enilson Simões de Moura. Idíbal Piveta é também advogado de José Cicote e Timóteo Luis, que haviam sido absolvidos pela Auditoria Militar de São Paulo e que, portanto, não foram a julgamento no STM.

O roteiro do julgamento

O julgamento dos onze sindicalistas obedeceu ao seguinte roteiro:

Começou a uma e meia da tarde. O primeiro a falar foi o juiz relator, que leu seu parecer. Em seguida falaram os seis advogados de defesa, por vinte minutos cada.

Os trabalhos foram, então, suspensos durante cerca de uma hora.

A defesa dos advogados

Os seis advogados dos sindicalistas apresentaram várias razões para defender os seus clientes.

O advogado Idíbal Piveta fez um apelo preliminar para que fosse anulada o julgamento realizado em novembro de 81 pela Auditoria Militar de São Paulo. O advogado disse que, nesse julgamento da Auditoria, os juízes interromperam a sessão para jantar, e que, de acordo com o Código Penal, isso é motivo de anulação do julgamento.

ra política para os trabalhadores, pois o simples exercício do direito de greve, consagrado universalmente, no Brasil é considerado crime contra a segurança nacional”.

O manifesto da Comissão Pró-Cut conclamou os trabalhadores e o povo a participarem da campanha pela absolvição e a assinarem o abaixo-assinado ao STM, que pedia a não condenação.

Nos Estados houve também manifestações. Belo Horizonte, Porto Alegre, Goiânia e outras capitais realizaram atos públicos. Dezoito Estados organizaram coleta de assinaturas no abaixo-assinado contra a condenação. Foram entregues e protocoladas em Brasília 81.000 assinaturas.

Passeata em São Paulo

O protesto contra o julgamento de Lula e seus companheiros metalúrgicos do ABC pelo Superior Tribunal Militar (STM) teve em São Paulo seu ponto alto numa passeata realizada sexta-feira, 16 de abril, pelas ruas do centro da cidade.

A manifestação foi promovida pelo Diretório Estadual de São Paulo e reuniu mais de 500 pessoas, que carregavam bandeiras vermelhas e brancas e cantavam lemas como “absolvição, Lula na eleição”, “liberdade sindical”, etc.

Uma enorme cobra multicolorida, formada por dez militantes do partido, abria a passeata fazendo evoluções que divertiam a população. Logo atrás dois bumbos marcavam o compasso.

Entre risos e aplausos, o povo demonstrava sua simpatia por Lula e pelo PT, lendo os panfletos que eram distribuídos e engrossando o coro que gritava as palavras de ordem.

Mais de 50.000 destes panfletos foram distribuídos, e antes que a passeata completasse metade de seu percurso eles já tinham se esgotado.

Os seis advogados também apresentaram preliminarmente, outros argumentos. O principal desses argumentos foi o de que as questões de greve são regulamentadas pela Lei de Greve, e não pela Lei de Segurança Nacional. E que, portanto, os sindicalistas não deveriam estar sendo julgados por Auditorias e Tribunais Militares, mas sim pela Justiça do Trabalho.

Os advogados também apresentaram duas outras razões preliminares. A primeira é que deve haver semelhança de julgamento quando há semelhança de comportamento dos acusados. Ora, em 1979, os metalúrgicos do ABC fizeram greve por salários e não foram condenados. Em 80 fizeram greve pelos mesmos motivos, mas dessa vez foram condenados. Os advogados concluem dessa semelhança que os sindicalistas também não deveriam ser condenados pela Lei de Segurança Nacional, no caso da greve de 1980.

A segunda razão é que a greve foi claramente econômica, e não política. Portanto, dizem os advogados, os sindicalistas não tiveram a intenção de prejudicar politicamente o País, e, portanto, não devem ser condenados pela Lei de Segurança Nacional.

Na defesa das preliminares, destacaram-se os advogados Luiz Eduardo Greenhalgh e José Paulo Sepúlveda Pertence.

Essas razões até aqui citadas são razões preliminares. Elas tiveram o objetivo de anular a condenação já feita pela Auditoria Militar de São Paulo em novembro do ano passado, ou de tirar o caso da Justiça Militar e passá-lo para a Justiça Civil.

No que se refere ao mérito da questão, isto é, ao assunto principal do processo, todos os advogados pediram a absolvição dos sindicalistas.

Ato nos metalúrgicos

Ainda em São Paulo, mais de 50 sindicatos e associações profissionais promoveram na quinta-feira, 15 de abril, um ato de solidariedade aos sindicalistas do ABC. Apoiaram o ato, entre outras entidades, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, o Sindicato dos Bancários de São Paulo e o Sindicato dos Jornalistas.

Anistia pela metade

Mais uma prova de que a anistia concedida pelo governo em 1979 foi restrita — é o fato de muitos cidadãos ainda não terem sido totalmente reabilitados de suas condenações por motivos políticos.

É o caso de Altino Dantas Júnior, de São Paulo, anistiado e posto em liberdade em 1979, sem ser reabilitado de uma de suas condenações, cumprida em 74. A lei diz que a reabilitação pode ser concedida cinco anos após o cumprimento da pena. Em recente julgamento, porém, o Superior Tribunal Militar negou a reabilitação de Altino Dantas, alegando que ele só foi colocado em liberdade em 1979. Essa decisão do STM foi considerada um flagrante desrespeito à anistia que, segundo o conceito jurídico a respeito, significa esquecimento. Altino Dantas aguarda agora decisão sobre recurso ao Supremo Tribunal Federal, na esperança de que este reconheça a anistia.

Outros companheiros do PT estão na mesma situação, como Perly Cipriano, do Espírito Santo; Élio Cabral de Souza, do Rio de Janeiro; Calixtrato, da Paraíba, além dos que, tendo sido condenados pela Lei de Segurança antes da anistia, necessitam hoje requerer suas reabilitações penais para poderem ser candidatos. É preciso que os tribunais militares reconheçam que, ainda que restrita, houve anistia no Brasil.

Palanque

Anistia ou amnésia?

Em 1963, quatro fuzileiros navais participaram da revolta dos sargentos. Em 1964, eles foram expulsos do Ministério da Marinha. Em 1979, a Comissão de Anistia do Ministério incluiu seus nomes entre os que deveriam ser reintegrados em serviço. Mas agora o Ministério quer impedir que os quatro voltem a trabalhar. Isto é: quer tirar a anistia dos anistiados.

A desculpa do Ministério é que a Comissão “esqueceu” que os quatro fuzileiros não haviam sido punidos por Ato Institucional...

Capital e trabalho

Dois empresas do Rio — uma, de treinamento, e outra, de planejamento — estão programando o primeiro EnCAT, que quer dizer “Encontro Nacional do Capital e do Trabalho”. O ministro Macedo, é claro, vai abrir o encontro.

Talvez eles não saibam que o Capital e o Trabalho se encontram todo dia, nas fábricas, nos escritórios, nos bancos, nas fazendas — o trabalhador trabalhando e o Capital sugando o suor e o sangue do trabalhador.

Ilusivos

Por falar em trabalho e trabalhador, o prefeito de uma cidade do interior de São Paulo baixou um decreto criando a Comissão Organizadora dos Festejos Alusivos ao dia 1º de Maio.

Esse prefeito também não sabe de duas coisas: a) — que o Primeiro de Maio é um dia de luta, e não de festejos; b) — que era melhor

chamar de “ilusivos” os festejos, e não de alusivos...

Muito sensibilizado

Numa entrevista concedida a um repórter de Belém do Pará, o ministro Delfim Netto, do Planejamento, disse que o governo está “muito sensibilizado” para o problema das altíssimas taxas de juros dos bancos, e que, no futuro, deverá tentar baixá-las.

Mas, quando o repórter insistiu e perguntou se esse futuro estava próximo, Delfim respondeu: “Próximo, não. Acho que esse ano não devemos pensar nisso...”

Bancando a política

Não é só na economia que os banqueiros estão por cima. Na política também. O candidato a governador da Bahia pelo partido do governo, o PDS, é o sr. Clériston Andrade, que já foi presidente do banco do seu Estado. Dois outros políticos baianos do PDS, o senador Lomanto Júnior e o secretário-geral do partido do governo, deputado Prisco Viana, protestaram, mas a força do Clériston é maior.

E o mineiro Magalhães Pinto? Já fez de tudo: foi da antiga UDN, ajudou a dar o golpe de 64, foi da Arena, passou para o PP, saiu do PP, voltou para a Arena. Sempre dono de banco e sempre por cima.

O mais alto

Uma pesquisa da Universidade Federal gaúcha aponta o mais alto índice do custo de vida deste ano: 8,96% em março, em Porto Alegre. No ano passado, o índice mais alto de Porto Alegre foi no mês de agosto: 10,06%.



Evandro Carneira, líder do PT no Senado



Aírton Soares, líder do PT na Câmara dos Deputados.

Para líderes, pode haver mais casuísmo

BRASÍLIA — O PDS está legislando em causa própria. As regras eleitorais estão sendo feitas sob medida para prejudicar ao máximo as oposições, facilitando a situação para o partido do governo.

Dois exemplo: 1) a vinculação completa dos votos, que obriga o eleitor a votar em candidatos de um mesmo partido; 2) a extinção do voto de legenda, o que obriga o eleitor a escrever o nome ou o número do candidato, em vez da sigla do partido, simplesmente.

Esses foram os dois principais casuismos do governo contra os partidos de oposição. Haverá outros?

Poderá acontecer

O líder do PT na Câmara, Aírton Soares, acredita que sim.

O governo poderia, por exemplo, permitir a compra de propaganda eleitoral, favorecendo, obviamente, o acesso dos candidatos às emissoras de rádio e televisão.

Também o senador Evandro Carneira, líder do PT no Senado, está convencido de que “toda espécie de casuísmo pode acontecer. Até mesmo um cavalo tocar trombone”.

Ele acha que o “complexo militar-capitalista brasileiro irá às últimas consequências para se manter no poder”.

E que, para isso, o governo conta com diversas alternativas:

1) suspender a vigência dos partidos, estabelecendo candidaturas avulsas e individuais; 2) declarar a vitalidade dos atuais senadores; 3) prorrogar simplesmente as eleições, alegando estarmos em guerra com o Planeta Marte, por exemplo; fazer as eleições, conferir a derrota, e anular seus resultados.

Mudar as regras

Aírton Soares adverte ainda que há setores do PDS pensando na convocação extraordinária do Congresso para modificar a Constituição, com a finalidade de estabelecer, desde já, as regras da sucessão presidencial.

Como se sabe, atualmente o Presidente da República é eleito indiretamente por um Colégio Eleitoral. Os pedessistas querem aproveitar o fato de ainda serem maioria na Câmara para manter as eleições indiretas, ajustando o Colégio Eleitoral às suas conveniências. Por exemplo, permitindo a participação dos vereadores no Colégio.

Para arrematar o golpe, eles pensam em fixar em dois terços (atualmente é maioria absoluta, ou seja, metade mais um) dos parlamentares o quórum necessário para se modificar a Constituição.

Trocando em miúdos: eles querem usar a pequena maioria que têm para modificar as regras, estabelecendo em seguida que qualquer outra modificação só possa ser feita por dois terços dos congressistas (A.R.)

Provocações fascistas

Pela terceira vez nos últimos meses, a sede do Partido dos Trabalhadores, à travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 145, em São Paulo, amanheceu recoberta de panfletos e pichações de provocadores fascistas.

No último dia 16 — data do julgamento do processo de Lula e dos sindicalistas do ABC no Superior Tribunal Militar — a fachada da sede apareceu pichada com os dizeres “Lula & Hitler”.

Também foram colados e espalhados panfletos com mentiras, calúnias e xingamentos envolvendo Lula, a esposa de Lula, o senador Franco Montoro, do PMDB, a Igreja Católica, o jornal “Hora do Povo” e a Assembléia Legislativa de São Paulo.

Os fascistas são extremamente covardes e por essa razão não foi possível identificar a autoria dos panfletos e das pichações.



Atividades do PT no País

O presidente nacional do PT, Lula, em companhia do líder do Partido na Câmara, deputado Airton Soares e do presidente dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Jair Menegheli, viajaram à Líbia, Líbano e Iraque, no dia 8 deste mês. Os petistas viajaram a convite da União dos Trabalhadores Árabes.

São Joaquim

Em São Joaquim da Barra, com 30 mil habitantes, no extremo nordeste do Estado de São Paulo, cerca de duzentos trabalhadores se reuniram há poucos dias, enfrentando uma forte chuva, para receber na sede do Partido uma caravana de dirigentes e parlamentares do PT.

Substituição

Em decorrência da morte de José Ribamar Lopes, indicado candidato do PT a governador do Piauí em janeiro, o Diretório Regional deverá apresentar outro candidato ao encontro regional, programado para final de maio, para ser ratificado.

Plataforma

A plataforma da campanha eleitoral do Acre aprovada em Encontro Regional, no dia 21 de março, destaca a questão da terra no Estado em defesa dos trabalhadores rurais e a luta contra a corrupção.

Candidatos e Planos

O Encontro Regional do PT no Amazonas foi realizado nos dias 6 e 7 de março, quando foram indicados os nomes de candidatos e aprovado um plano de governo que será apresentado ao povo. A preparação é pessoa a pessoa, em reuniões locais, com o objetivo de Estado à participação dos trabalhadores.

Terra

O esboço de programa de governo, aprovado pelo Encontro Regional do PT do Paraná em janeiro, aponta a garantia de acesso à terra com a desapropriação das grandes extensões através de um plano de apropriação coletiva.

Organização

O PT de Goiás, organizado junto a 80% do eleitorado e presente em 100 municípios do Estado, também definiu sua plataforma estadual em Encontro Regional realizado em janeiro, que ressalta a luta pela terra, trabalho e liberdade.

Maranhão

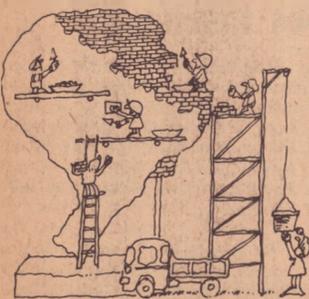
Os candidatos majoritários e a plataforma estadual do PT do Maranhão foram aprovados no Encontro Regional realizado em fevereiro. A plataforma salienta também o apoio à luta dos trabalhadores rurais pela sua fixação na terra.

Legalização

Em Alagoas, o PT está aguardando apenas que o Tribunal Regional Eleitoral publique no Diário Oficial a ordem para que se possa realizar a Convenção Regional e, então, o Partido existirá de fato e de direito em mais um Estado.

Convenção

O PT de Sergipe realizou com sucesso sua Convenção Estadual no dia 21 de março, cumprindo todas as exigências e legalizando o Partido no Estado.



Os candidatos majoritários do PT em São Paulo: Lélia, Lula, Hélio, Jacó

Uma grande festa marca o começo da campanha

Os candidatos dos trabalhadores serão lançados neste dia 21

Este ano os trabalhadores de São Paulo têm seu próprio programa para comemorar o 21 de abril. No meio de muita festa, com apresentação de escolas de samba, artistas, tudo com muitas cores, fogos, balões e revoada de pombos, sem faltar as tradicionais barraquinhas, o Partido dos Trabalhadores convocou uma grande concentração popular para marcar o lançamento de sua campanha eleitoral. A festa começa às 3 horas da tarde, e será feita em um grande terreno localizado perto do Largo 13 de Maio, ao lado da Escola Paulo Eiró, em Santo Amaro, São Paulo.

Desfile

A programação da festa começa com o desfile dos diretórios da Grande São Paulo. Cada um deles se apresentará a seu modo: alas de escolas de samba, demonstração de karatê, teatrinhos e outros divertimentos serão oferecidos ao público antes do comício. No entanto, não ficaram muito atrás, a cada um falará dez minutos. Irma Passoni, secretária geral do Partido em São Paulo, a primeira oradora, falará sobre os movimentos populares e a situação da mulher no Brasil. Jacó Bitar falará sobre a situação do partido em âmbito nacional. Outro orador é o deputado federal Airton Soares, que vai tratar da conjuntura e das eleições. Depois falará o senador Evandro Carneira, sobre questões nacionais. O penúltimo orador é Hélio Bicudo, candidato a vice-governador.

Lula será o último a falar. Ele vai responder a perguntas de populares, que poderão usar um microfone que estará aberto no meio do público para essas perguntas.

Fogos e canções

Haverá, também fogos de artifício, revoada de pombos, bexigas e coros com palavras de ordem. A festa continuará noite adentro.

Vários artistas e grupos artísticos já confirmaram a presença na festividade do PT: Arrigo Barnabé, Abílio Manoel, Belchior, Passoca, Premeditando o Breque, grupo Abracadabra e outros.

Organização

Para organizar a concentração, a Comissão Executiva Regional do PT em São Paulo constituiu uma comissão, sob a responsabilidade

de dois de seus membros, José Dirceu e Alípio Vianna Freire. Os diretórios da Grande São Paulo destacaram representantes para colaborar nos preparativos da festa.

Com um orçamento de 700 mil cruzeiros, a grande concentração do dia 21, promete muita alegria, e também deverá transformar-se num importante fato político para o Partido dos Trabalhadores.

Os quatro candidatos

Luiz Inácio da Silva, o Lula, presidente nacional do PT, seu principal líder e fundador, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema até a intervenção decretada pelo governo federal em 1980. Várias vezes processado na Lei de Segurança Nacional em função de sua luta ao lado dos trabalhadores, preso em função dessas lutas, Lula é hoje reconhecido como uma

figura de grande importância política. Sua jornada de trabalho é baseada em mais expressivas e autênticas do Brasil. Membro da comissão pró-CUT (Central Única dos Trabalhadores). Agora, candidato ao Governo do Estado de São Paulo pelo Partido dos Trabalhadores.

Lula entende as eleições como um meio de fortalecer a organização dos trabalhadores e ampliar o espaço de participação dos explorados. Ele é a prova viva que os trabalhadores estão preparados para dirigir os seus próprios destinos.

O candidato a vice-governador junto com Lula é Hélio Bicudo, advogado que se notabilizou como Procurador da Justiça que presidiu a investigação sobre as atividades do Esquadrão da Morte em São Paulo, o que lhe valeu ao lado de alguns inimigos o respeito da população de São Paulo, pela coragem e pela dignidade com que conduziu o inquérito, relatado em seu livro "Meu depoimento sobre o

Esquadrão da Morte". Hélio pertenceu à Comissão Justiça e Paz desde a sua fundação, em 1970, e recentemente presidia o Centro Santo Dias de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese de São Paulo. Retirou-se dessas duas entidades para filiar-se ao PT.

O candidato ao Senado por São Paulo será o companheiro Jacó Bitar: presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, membro do Conselho Nacional de Trabalho e mais destacados líderes trabalhadores surgidos na década de 70, Jacó, ao lado de Lula e Olívio Dutra, é um dos principais fundadores do PT e atualmente é o seu secretário geral nacional. Jacó Bitar começou sua luta como trabalhador nas docas de Santos, onde permaneceu até se tornar petroleiro.

Candidata a suplente de senador é Lélia Abramo, conhecida artista brasileira, que se destacou também como líder da sua categoria profissional tendo sido presidente do Sindicato dos Artistas do Estado de São Paulo. Lélia possui um longo acervo de luta ao lado dos trabalhadores. Na década de 30 foi comerciante e ativista sindical de sua categoria. Lélia sempre demonstrou uma grande confiança no PT e nos trabalhadores: "Entre para o PT certa de que ele representava e representa um avanço histórico da luta dos trabalhadores brasileiros. Uma grande esperança".

Lema do PT: Trabalho, Terra e Liberdade

Encontro aprova Plataforma Eleitoral

"Trabalho, Terra e Liberdade" será o lema nacional do PT nas eleições deste ano, conforme decisão do Encontro Nacional do Partido, realizado em São Paulo nos dias 27 e 28 de março, com a presença de cerca de 400 delegados de praticamente todos os Estados do país.

O Encontro aprovou a Carta Eleitoral e a Plataforma Eleitoral Nacional do Partido dos Trabalhadores, documentos que servirão de base para sua campanha de norte a sul do País, além do Plano de Arrecadação Financeira Permanente do PT. Por consenso entre todos os delegados, decidiu-se adiar o processo de renovação dos diretórios do PT nos níveis municipal, estadual e nacional, de modo a permitir que o Partido concentre seus esforços na campanha eleitoral de novembro e nas demais tarefas de organização.

O PT nas eleições

A plataforma nacional do PT é constituída de 12 pontos que sintetizam as principais reivindicações dos trabalhadores da cidade e do campo e as propostas do Partido para o País. O primeiro ponto, que abre o documento, levanta a bandeira da liberdade, que só pode ser conquistada com o fim da ditadura militar. A seguir, são levantados, um a um, os principais problemas que afligem a população trabalhadora: a carestia de vida, a fome e o desemprego; a falta de terra e os baixos salários para o homem do campo; a falta de condições mínimas de moradia, saúde e educação para o povo. A luta da mulher e das minorias raciais e sociais é também assumida com firmeza pelo PT, que se compromete nos pontos seguintes a combater sem tréguas a corrupção e a espoliação do País pelas multinacionais. Nos três últimos pontos, o PT reafirma seu compromisso com a construção de um novo poder, a ser exercido pelos próprios trabalhadores, sua solidariedade com a luta dos oprimidos de todo o mundo e sua perspectiva, a longo prazo, rumo a uma sociedade socialista, sem explorados nem exploradores.

A Carta Eleitoral apresenta a plataforma política do PT, com 82 pontos objetivos e a tática eleitoral do PT, bem como o processo de escolha dos candidatos e os compromissos que eles devem assumir. Ambos os documentos estão sendo

divulgados, na íntegra, em encarte especial desta edição do **Jornal dos Trabalhadores**.

Política de finanças

A partir de agora, todo o filiado ao PT tem a obrigação de contribuir, mensalmente, para a sustentação material do Partido, com uma quantia que deve ser proporcional a sua situação financeira. É este o principal ponto do Plano de Finanças aprovado pelo Encontro, com base no princípio de que "a arrecadação financeira básica e permanente do PT é oriunda dos próprios filiados". As contribuições serão recolhidas pelos núcleos e diretórios municipais, que estabelecerão a quantia a ser paga pelos filiados, de acordo com as possibilidades de cada um. A taxa mínima tem o valor referência de 20 cruzeiros, equivalente ao preço de um cafezinho, o que facilita o seu reajuste.

Os organismos do Partido que não estiverem em dia com suas contribuições perderão o direito à representação nas respectivas instâncias deliberativas (pré-convenções municipais, estaduais e nacional). Do total arrecadado pelos núcleos, 30 por cento se destinarão ao Diretório Municipal, 20 por cento ao Estadual e 10 por cento ao Nacional, ficando os restantes 40 por cento para uso do próprio núcleo.

Solidariedade

O Encontro prestou homenagem à memória dos companheiros Luís Travassos, ex-presidente da UNE recentemente falecido, e Avelino Ribeiro, delegado sindical assassinado por grileiros em Santarém, ambos militantes do PT. A solidariedade internacional se manifestou através de moções aos trabalhadores de El Salvador, Nicarágua, Guatemala, Polônia e Palestina.

Outras decisões

Antes do Encontro, o Diretório Nacional aprovou o documento de constituição do Instituto Wilson Pinheiro e recebeu, para avaliação entre seus integrantes, o "Projeto de Programa Econômico do PT", elaborado por um grupo de economistas do Partido. O documento foi aprovado e o afastamento, do Diretório Nacional, do companheiro Antônio Candido, substituído pelo suplente Virgílio, Guimarães de Paula.

Travassos tem seu lugar nas lutas do povo

A 24 de fevereiro deste ano, na quarta-feira de Cinzas, um absurdo acidente de automóvel cortou, aos 37 anos, a vida de Luiz Gonzaga Travassos da Rosa, apenas Travassos para todos os que estiveram a seu lado, que o conheceram ou dele ouviram falar e reconhecerem seu lugar na história das lutas do povo brasileiro.

A militância de Travassos nas lutas populares coincide de certa forma com a implantação do regime militar em 1964. Ele presidiu a UNE em um de seus momentos mais ricos, no ano de 1968. No dia em que terminava seu mandato de presidente nacional dos estudantes, foi preso no Congresso de Ibiúna e mais tarde resgatado das mãos da ditadura através do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Ellbrick.

Foram longos os anos de exílio, dez ao todo, divididos entre o Chile (de onde saiu após a queda de Allende), Cuba e Europa, mais particularmente Alemanha.

A volta

Em 1979, com a anistia, Travassos voltou ao Brasil. Encontrou um Brasil diferente do que deixou, e compreendeu isso rapidamente. Encontrou um Brasil com a presença ativa dos trabalhadores no cenário político. Não teve dúvidas, ingressou no PT, confiante na possibilidade de os trabalhadores encontrarem sua independência e traçarem seu próprio destino.

É do ano de 1968 a capa da revista Realidade estampando sua foto com a legenda: "Esse rapaz agita o país". Um jovem magro e de fisionomia franzina que assustava a ditadura porque tinha o apoio das massas estudantis. E hoje tem a saudade de todos os que lutam por uma vida melhor.

Criado o centro de formação política do PT

O aprofundamento e o detalhamento do programa do Partido, o acompanhamento de movimentos sociais específicos, a ação política-cultural e a constituição de um centro de formação política para os filiados — essas serão as atividades do Instituto Wilson Pinheiro, cujo projeto foi aprovado na última reunião do Diretório Nacional do PT. O nome do instituto é uma homenagem ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília (Acre), e presidente do diretório local do PT, assassinado em frente ao sindicato no dia 21 de julho de 1980.

O Instituto Wilson Pinheiro será uma Fundação e atuará em cooperação com os núcleos e diretórios do Partido. Deverá responder a três necessidades básicas do PT: elaboração e formação política, serviços técnicos e criação de um Setor de Documentação. Estimulará também o debate dos grandes temas do partido, como por exemplo, nossa realidade econômica e social, o tipo de socialismo que queremos, as condições para conquistá-lo, a questão do Estado, o debate do marxismo hoje, etc.

Direção

O Diretório Nacional elegeu também os 15 membros do Conselho de Curadores do Instituto: Antonio Cândido de Melo e Souza, Francisco de Oliveira, Francisco Weffort, Hélio Bicudo, Joaquim Arnaldo de Albuquerque, José Álvaro Moisés, Luiz Carlos Menezes, Márcio Souza, Moacir Gadotti, Hugo Asmann, Paul Singer, Paulo Freire, Paulo Delgado, Paulo Rubens e Vinícius Caldeira Brandt. O Conselho Curador escolherá uma Diretoria Administrativa.

Em cada Estado será formada uma Secretaria Regional do Instituto, dirigida por um membro do partido nomeado pelo Diretório Estadual.

Agenda dos Trabalhadores

A próxima quinzena

21 - São Paulo-SP	Lançamento da campanha do PT para as eleições de 15 de novembro. Grande comício no Largo Treze de Maio, em Santo Amaro, às 15 horas.
22 - São Paulo-SP	Os ferroviários marcam pedido de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, caso a Rede Federal não atenda suas reivindicações.
24 - São Paulo-SP	Começa no Estado a V Semana da Saúde do Trabalhador.
25 - Porto Alegre-RS	O Encontro Regional do PT definirá a plataforma estadual e completará a lista de candidatos.
26 - Brasil	Deve chegar ao Brasil o diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para discutir com trabalhadores, patrões e governo, questões sindicais.
26/27 - São Paulo-SP	Engenheiros debaterão teses para o II Encontro Nacional dos Sindicatos de Engenheiros.
30 - São Paulo-SP	Eleição da comissão diretora da representação paulista da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).
30 - em todo Brasil	Renovação do Conselho Administrativo da ABI.
1º de maio - No mundo	Dia de Luta dos Trabalhadores.
2 - São Paulo-SP	Terminará o prazo de inscrição de chapas para o Sindicato dos Empregados em Entidades Sindicais. As eleições serão nos dias 25, 26, 27, 28 de maio.
2 - São Paulo-SP	Encontro metropolitano do PT para escolha da plataforma municipal e da chapa de candidatos a vereadores.
8/9 - São Paulo-SP	Encontro estadual do PT para definir a plataforma estadual e os candidatos a deputado estadual e federal.
15 - Campo Grande-MS	Encontro regional do PT definirá os candidatos proporcionais e aprovará a plataforma estadual.

Os próximos meses

9 a 12 de junho - Rio-RJ	Será realizado o II Encontro Nacional dos Sindicatos dos Engenheiros.
15 de novembro - em todo Brasil	Eleições para governador, senador, deputado federal, estadual, prefeito e vereador.

1º de maio está sendo preparado

O Primeiro de Maio, data de luta dos trabalhadores de todo o mundo, será marcado, no Brasil, por manifestações em vários Estados. Minas, Rio, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Amazonas realizarão concentrações e comícios.

Em São Paulo, as manifestações terão caráter regional, mas se procurará manter a unidade política em todas elas.

Essa foi a definição tirada na Comissão Sindical Única para os quatro Federações e os 25 Sindicatos do Estado de São Paulo, que participam desse organismo inter-sindical.

A luta contra o Pacote da Previdência, contra o desemprego, por liberdade e autonomia sindical e por liberdades democráticas são os quatro pontos em torno dos quais o movimento sindical paulista procura concentrar-se neste momento.

No ABC o ato está sendo articulado pelos sindicatos e movimentos populares, e será anunciado nas portas das fábricas e nos bairros.

Na Capital, alguns sindicatos e entidades profissionais pretendem "ir à massa em vez de simplesmente chamá-la para um ato público", disse o diretor do Sindicato dos Bancários, Luis Gushiken. Para isso, a diretoria desse sindicato fará comícios nas portas dos grandes bancos e passeatas pelo centro da cidade com sua tradicional banda de música, na última semana de abril. Dessa forma, eles pretendem resgatar a memória do 1º de Maio.

Também o Sindicato dos Marceneiros está indo às portas das fábricas e realizando comícios.

Mas, na maioria dos sindicatos as manifestações estão sendo preparadas apenas com a distribuição de convocações nos locais de trabalho, chamando para os atos públicos.

Liberdade e salários, temas dos petroleiros

Com o objetivo de unificar as propostas de luta dos petroleiros para este ano, foi realizado o I Congresso Estadual dos Petroleiros do Estado de São Paulo, nos dias 27 e 28 de março na Praia Grande. Conforme foi destacado no congresso, a união da categoria "é a única forma de nos fazermos ouvir pelos patrões". Além disso, "não basta dizer o que queremos, é preciso saber como iremos conseguir".

Ao todo, 250 delegados de vários estados discutiram diversos temas do interesse dos petroleiros, como por exemplo a campanha salarial de 82, suas reivindicações e formas de mobilização, além de uma avaliação da campanha de 81; luta dos trabalhadores pelas liberdades e por um sindicalismo autônomo e independente; e situação do monopólio estatal do petróleo e da energia no Brasil.

Posseiros estão sendo apossados pelos jagunços

A luta pela posse da terra continua sendo um grave problema no Oeste do Paraná. No Município de Santa Helena, 24 famílias de posseiros, que ocupam terras cuja propriedade é reclamada pelo fazendeiro Waldomiro Stefanelo, estão sendo violentamente apossadas por cerca de 20 jagunços.

Segundo denúncias da Comissão Pastoral da Terra (CPT), esses posseiros vivem na região há cerca de 15 anos cultivando aquelas terras que se encontravam abandonadas. Atualmente o pretensão proprietária vendeu as terras a outro fazendeiro e quer desalojar os trabalhadores para poder concluir o negócio imobiliário.

Os jagunços continuam provocando arruaças no local com o intuito de intimidar os posseiros. A polícia de Santa Helena, embora alertada, até o momento não tomou nenhuma providência.

Patrão irresponsável provoca a violência

Paciência dos operários da Coferraz acabou

A irresponsabilidade dos proprietários da Siderúrgica Coferraz, de Santo André, quase provocou, na primeira semana de abril, consequências gravíssimas para centenas de seus empregados. Sem efetuar pagamento de salários desde fevereiro e já com pedido de concordata preventiva na Justiça, a Coferraz não se preocupou com a resposta que 1.200 operários estavam esperando para o último dia seis. Simplesmente mandou o interventor do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André avisar que não tinha dinheiro e que, por isso, não haveria pagamento algum.

Os limites da paciência

Mas a paciência dos operários tem limite. Assim que o interventor Guaracy de Souza Sampaio encerrou o comunicado, os empregados da Coferraz entraram na empresa, incendiaram os vestiários e passaram a quebrar tudo que encontravam pela frente, desde cadeiras e mesas até aparelhos de telefone. A empresa acionou a polícia militar e, imediatamente, apareceram viaturas da tropa de choque e até mesmo um caminhão "espinha de peixe". O tumulto, então, generalizou-se.

A polícia espancou mulheres, crianças, invadiu o Ginásio Estadual Laura Fonseca e quebrou a clavícula de um comerciante local



A Coferraz, além de não pagar os salários, ainda chamou a PM para reprimir os trabalhadores

que tentava recolher seu filho de 6 anos, que se encontrava perdido no meio do conflito. O saldo da posição irresponsável pela Siderúrgica Coferraz foi de mais de 20 feridos e de 27 operários detidos e posteriormente liberados. Os operários até que toleraram muito. Já em outubro do ano passado, essa mesma empresa recusou-se a aplicar no reajuste semestral o INPC calculado para aquele mês, que foi de 40,4%. Arbitrariamente, a Coferraz concedeu um reajuste de apenas 10,4%.

Coferraz não cumpriu

Accionada na Justiça pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, onde possui outra unidade, a Coferraz recebeu determinação para pagar a diferença do reajuste em três parcelas, a primeira com vencimento marcado para janeiro deste ano. Mais uma vez, a Coferraz não cumpriu com a determinação judicial e os operários ficaram sem receber. No dia 10 de março, a empresa mandou avisar que não tinha dinheiro para o pagamento de fevereiro e os empregados entraram em greve geral. Uma semana depois, por não pagar aos seus fornecedores, a Coferraz ficou impossibilitada, de uma vez por todas, de retornar às suas atividades.

Associações de bairro debatem participação

Cerca de vinte associações de bairros do Distrito Federal, em reunião realizada recentemente, formaram uma comissão pro-Federação das Associações de Moradores do Distrito Federal.

No encontro, as entidades fizeram uma avaliação crítica do Congresso Nacional de Associações de Moradores (CONAM), realizado em São Paulo, chegando à conclusão de que o CONAM não atendeu às expectativas dos Estados participantes, devido à falta de discussão e, sobretudo, à manipulação aberta do encontro por integrantes de sua atual direção. Por esses motivos, as associações de moradores da região de Brasília decidiram não reconhecer a legitimidade do CONAM, assim como pela não indicação de nomes para compor sua direção.

Em Carmópolis

A implantação da rede pública de água na cidade de Carmópolis, interior de Minas Gerais, foi motivo de mobilização da população local contra a prefeitura. Ocorre que a empresa criada pela prefeitura para administrar a instalação e distribuição da água encanada resolveu cobrar compulsoriamente da população beneficiada uma taxa de 10 mil cruzeiros, que seria relativa à instalação do hidrômetro. Além disso, resolveu fechar as torneiras públicas existentes na cidade e que eram, até então, gratuitamente utilizadas pela maior parte dos 7 mil habitantes da cidade.

Com a participação de petistas do local, mil pessoas manifestaram-se contra a taxa. O prefeito acabou anunciando depois que os 10 mil cruzeiros poderiam ser pagos parceladamente e que não mais seriam retiradas as torneiras públicas da cidade.

Movimento de saúde

Cresce rapidamente o movimento de saúde nos bairros da região Leste da cidade de São Paulo. Em outubro e novembro do ano passado, as comissões de saúde da região de São Mateus e Vila Curuçá organizaram uma eleição direta entre os moradores dos diversos bairros para escolher os membros dos 18 Conselhos dos Centros de Saúde criados naquela área. A eleição foi para valer e contou com a participação de cerca de 97 mil pessoas. Os Conselhos já foram reconhecidos pela Secretaria da Saúde e estão se reunindo uma vez por mês com representantes da secretaria, para discutir o funcionamento dos centros e encaminhar as reivindicações da população.

Os Conselhos dos Centros de Saúde são previstos por lei e deveriam, na visão das autoridades, ser formados por delegados, políticos, etc. Mas, em vários locais, o povo não aceitou essa imposição e conquistou o direito de eleger o seu próprio conselho, como ocorreu, por exemplo, no Jardim Nordeste, outro bairro da zona Leste paulistana.

Atualmente, os integrantes dos conselhos eleitos estão elaborando um regimento que deverá nortear sua atuação. De acordo com esse regimento, os conselheiros devem se reunir constantemente com a população para recolher suas reclamações e sugestões e prestar contas do trabalho realizado. Está prevista também a participação dos moradores em todas as reuniões do conselho, com direito a voz. Nenhum conselheiro pode obter privilégios pessoais em seu trabalho, nem realizar tarefas que sejam função dos funcionários dos centros de saúde. Além disso, há um ponto fundamental: a população deve sempre participar da escolha dos Conselhos através de eleições diretas.

Direitos humanos

Foi lançado no dia 15 passado mais um livro de Hélio Bicudo, candidato a vice-governador do Estado de São Paulo. Trata-se de sua mais recente obra "Direitos Cívicos no Brasil. Existem?".

Bicudo tem se destacado pelo seu permanente combate à violência policial e ficou conhecido pela sua posição firme, quando procurador do Estado, na luta contra o famigerado "Esquadrão da Morte". O livro foi editado pela Editora Brasiliense e o lançamento se deu na Livraria T.A. Queiroz.



A viúva Ana Dias na porta da Auditoria Militar

Indenização para família de Santo

Condenado o PM, Comitê prossegue a luta

"A luta de Santo era mostrar a verdade e a justiça. E é essa a luta que nós vamos continuar".

A afirmação de Ana Dias, viúva do operário Santo Dias da Silva, encerrava na madrugada do dia 9 de abril, sexta-feira, uma longa jornada na luta pela Justiça, mas deixava claro, assim como nas palavras do bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, dias antes, que o "julgamento final" ainda está por vir.

Condenação

Naquela madrugada, o Conselho de Sentença da 1ª Auditoria da Justiça Militar do Estado de São Paulo condenava o soldado PM Herculano Leonel à pena de seis anos de reclusão, ao considerá-lo culpado da morte de Santo Dias, durante a repressão aos metalúrgicos em greve na Capital, em 29 de outubro de 1979. A decisão foi tomada por três votos a dois, em sessão secreta que durou quatro horas, por um Conselho de Sentença integrado, em sua esmagadora maioria, por oficiais da PM, tendo a presença de apenas um juiz togado. "Essa decisão serve de aviso aos demais componentes da Polícia Militar e serve, também, para a população saber que dentro da PM há gente que não permite o tipo de crime cometido por Herculano Leonel", disse o assistente da acusação, advogado Luis Eduardo Greenhalgh.

Repressão rígida

Enquanto ocorria o julgamento — cerca de 20 horas de duração — mais de 300 manifestantes, do Comitê Santo Dias da Silva e de diversas entidades civis, concentravam-se diante do prédio do Tribunal, cantando hinos e exibindo faixas que pediam justiça.

Com o pretexto de revistar as

mulheres que entravam na Auditoria, a polícia obrigou-as a se despirem. O esquema de segurança era rígido, com centenas de policiais, fardados e à paisana.

Às 4h45 a notícia tomou conta da rua e provocou forte emoção entre os que aguardavam o resultado do julgamento.

Dali, da frente do Tribunal, todos seguiram em silêncio e muitos em lágrimas para a igreja da Consolação, onde Ana Dias declarou: "A vitória não foi só nossa, mas do povo que nos acompanhou desde o piquete em que morreu Santo, o enterro e até o julgamento".

"A condenação significa uma advertência a todos os que praticam violências contra os humildes e indefesos", afirmou o cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, que recomendou que a polícia "nunca apareça armada diante do povo desarmado".

Ainda livre

O PM Herculano Leonel não compareceu ao julgamento. Por ser primário, aguardará em liberdade o julgamento dos recursos, anunciados por seu advogado de defesa no mesmo dia da decisão da 1ª Auditoria Militar. O soldado serve atualmente no presídio Romão Gomes, da PM paulista. Antes da morte de Santo Dias, contra quem desferiu um tiro durante a repressão a um piquete em Santo Amaro, diante da fábrica de tubos de televisão Silvéria, o soldado servia no Batalhão Tático Móvel.

O advogado Luis Eduardo Greenhalgh anunciou que entrará com ação civil contra o Estado, exigindo indenização para a família de Santo Dias — a viúva Ana Dias e os filhos Luciana e Santo Dias da Silva Filho.

Central Única poderá surgir em agosto

Trabalhadores querem uma CUT democrática

A II Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) será realizada nos dias 27, 28 e 29 de agosto próximo, segundo ficou definido na última reunião da comissão Pró-Cut. Na primeira semana de junho, a Pró-Cut volta a se reunir, com o objetivo de decidir se a Conclat será realizada em São Paulo ou no Rio de Janeiro.

Encontros Estaduais

Foram marcadas também as datas para os encontros estaduais em vários estados, que funcionarão como meio de ligação para que a Conclat seja uma conferência democraticamente preparada e também representativa da classe trabalhadora.

Essa é a posição que vem sendo defendida pelos membros do Partido dos Trabalhadores que

integram a Pró-Cut. Para o PT, a construção de uma Central Única dos Trabalhadores só estará efetivamente garantida na medida em que a Conclat seja preparada por meio de um processo democrático e de amplas discussões.

Delegações eleitas

Ainda durante a última reunião da Pró-Cut, quando se tirou também um manifesto de apoio à campanha contra a condenação dos sindicalistas do ABC, foram aprovados os critérios a serem utilizados na Conclat e que irão valer também para os Enclats.

As delegações serão eleitas no sindicato de cada categoria, e essas mesmas delegações participarão do encontro estadual e, em seguida, da Conferência Nacional.

Os números comprovam o racismo

Eduardo Matarazzo Suplicy

A fundação IBGE, atendendo a solicitação de inúmeros cientistas sociais e de representantes negros, voltou a incluir questões sobre cor no Censo de 1980. O IBGE já havia publicado os dados referentes à participação de brancos, pretos, pardos (entendidos como mulatos, mestiços, índios, caboclos, mame-lucos, cafusos etc) e amarelos entre a população. Mas ainda não havia divulgado dados sobre as características sociais desses diferentes grupos étnicos.

Sem instrução

Entre 102.421.730 brasileiros de 5 anos ou mais, há 35% sem instrução ou com menos de 1 ano de instrução. Enquanto entre os 56.583.471 de cor branca essa proporção é de 25% e entre os 698.847 de cor amarela é de 15%, tanto entre os 6.185.385 de cor preta quanto entre os 38.693.905 de cor parda essa proporção é de 48%, portanto, muito superior.

Baixa renda

O grau de instrução está longe de ser razão única, mas não há dúvida que influencia o nível de renda das pessoas. O Censo de 1980 registrou 43.796.763 pessoas economicamente ativas de 10 anos ou mais. Dentre essas, 55,9% ou 24.507.289 são de cor branca; 36,5% ou 15.993.177 de cor parda; 6,5% ou 2.874.208 de cor preta; e 0,74% ou 324.280 de cor amarela.

A proporção de pessoas com rendimentos até um salário mínimo é de 33% entre toda a População Economicamente Ativa (PEA); 24,1% entre as de cor branca; 44,7% entre as de cor parda; 46,9% entre as de cor preta e de 10,0% entre as de cor amarela.

A proporção de pessoas com rendimento igual ou inferior ao mínimo, portanto, é quase duas vezes maior para as de ascendência negra ou indígena do que para os brancos.

O País luta pelo ensino gratuito

A campanha nacional pelo ensino público e gratuito, lançada dia 14 em São Paulo, culminará em fins de maio com a entrega ao Ministério da Educação e Cultura de um abaixo-assinado que já circula nas escolas e universidades de todo o País.

Manifesto

No lançamento da campanha, por diversas associações estudantis, de docentes, entidades sindicais e partidos da oposição, entre os quais o PT, foi divulgado um manifesto que denuncia a caótica situação do sistema educacional brasileiro, destacando: "Há cerca de 7 milhões de crianças sem escola. De cada cem crianças que entram na 1ª série, mais de 50 se evadem, apenas 37 concluem a 4ª série, 17 terminam a 8ª, 9 conseguem fazer o 2º grau e apenas 6 entram na Universidade".

Pior qualidade

O manifesto diz ainda que "a educação no Brasil é destinada a uma minoria, porque o acesso a ela exige recursos financeiros que poucos possuem. Assim como na saúde, há uma educação de rico e uma educação de pobre". E acrescenta: "O ensino de 1º e 2º graus da rede pública torna-se, a cada dia, de pior qualidade, com funcionários e professores mal pagos, prédios sem manutenção".

Além disso, o documento denuncia a intenção do Ministério da Educação de implantar o ensino pago nas universidades públicas. O manifesto foi preparado pelas quatro entidades organizadoras da campanha — a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (ANDES), a Confederação dos Professores do Brasil (CPB), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES).

O Fantástico Lucro dos Bancos em 1981

banco comercial	lucro líquido em bilhões de cruzeiros	crescimento sobre o ano de 1980 (em %)
Banco do Brasil	123,9	151,6
Bradesco	32,7	412
Banespa	3,4	145
Itaú	16,2	368
Banerj	4,6	319
Nacional	2,2	237
Unibanco	4,9	221
Real	8,2	571
Bamerindus	8,0	417
Banco do Nordeste	4,4	276
Mercantil São Paulo	6,6	250
Econômico	4,0	137
Auxiliar	0,7	198
Sul Brasileiro	0,7	171
Safra	8,1	781
Comind	1,4	375
Baneb	1,9	178
BCN	3,5	646
BEMGE	0,5	226
Francês e Brasileiro	6,7	455
Lar Brasileiro	1,5	715
América do Sul	1,6	649
Banorte	2,0	736
Citibank	1,9	125

Fonte: Gazeta Mercantil e Exame

Os bancos têm lucro alto, e pagam pouco

Nunca os banqueiros ganharam tanto dinheiro no Brasil como no ano passado. O lucro dos 70 maiores bancos comerciais instalados no país cresceu, em média, três vezes durante 1981, superando de longe a inflação de 95,8%.

Enquanto isso, os bancários, a exemplo dos demais trabalhadores, tiveram que dar duro dobrado, sob a ameaça de perder o emprego, e, apesar de suas lutas, amargaram uma redução do poder de compra de seus salários.

Lucros fantásticos

Os maiores lucros ficaram com os bancos privados, com um crescimento médio de 427% de 80 para 81. O Bradesco, por exemplo, maior banco comercial privado do País e também o maior na exploração dos bancários, lucrava nada menos de 32,7 bilhões de cruzeiros durante o ano passado — o equivalente a ganhar sozinho na loteria esportiva, todas as semanas, durante dois anos. Os bancos oficiais, como o Banco do Brasil, no entanto, não ficaram muito atrás. Obteve um fantástico lucro de 124 bilhões de cruzeiros, superior em 152% ao lucro apurado em 81, embora seus funcionários não fossem beneficiados por esses resultados.

O Governo deu uma boa mão aos bancos no ano passado. Colocou em prática uma política cuja meta era estrangular a atividade econômica com a desculpa de conter a inflação. Mas, na verdade, essa política tinha o objetivo de manter a dívida externa em níveis aceitáveis aos olhos dos banqueiros estrangeiros, que emprestam dinheiro ao Brasil. O ponto básico dessa política é manter os juros dos empréstimos internos em níveis altíssimos, forçando as empresas a buscar dólares no exterior.

Dívida externa

Os empréstimos em moeda estrangeira eram essenciais para garantir o pagamento da parcela da dívida externa brasileira a vencer em 81. Para isso, o País tomou emprestado no exterior 16 bilhões

de dólares (dólares, não cruzeiros) junto aos banqueiros internacionais, fazendo com que a dívida externa brasileira fosse bater, no final do ano, em 61,4 bi de dólares e ampliando ainda mais a dependência externa da economia brasileira.

Foi justamente essa dependência que levou o Governo a colocar em prática uma política recessiva que afetou tanto os trabalhadores no ano passado.

Apesar disso, os banqueiros queixaram-se amargamente de que estavam sendo prejudicados pela linha econômica do governo, alegando que a política salarial prejudicava os bancos, empregadores de grande contingente de assalariados. Assim, os banqueiros, enquanto ganhavam dinheiro como nunca, lideravam uma campanha para acabar com os reajustes salariais. Ao mesmo tempo, procuravam, por todas as formas, aumentar o horário de atendimento ao público dos bancos e, portanto, a jornada de trabalho dos bancários, mantendo esta categoria sob constante pressão para que fizesse mais horas extras, enquanto não saía um novo horário de trabalho.

A luta dos bancários

Nem mesmo a divulgação do lucro dos bancos, revelando resultados tão fantásticos, fez os banqueiros mudarem a orientação de arrocho aos bancários. Agora, os sindicatos procuram organizar uma jornada de lutas para 1982, como explica Antonio Augusto de Oliveira Campos, presidente do Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo, em que a prioridade é a luta por garantia de empregos e maiores aumentos salariais para os bancários de menores salários, de forma a conter a enorme rotatividade nas faixas mais baixas. Atualmente, 59% dos bancários paulistas, por exemplo, ganham menos do que três salários mínimos, comprovando o arrocho nesta categoria, enquanto o lucro dos bancos cresce em proporções nunca vistas.

Futebol

Campeonato agitado mas sem novidades

José Américo Dias

Foram meses de luta para os 36 clubes que se digladiaram em busca de um lugarzinho ao sol: a classificação para a fase final da Taça de Ouro — a maior e mais importante competição esportiva do futebol brasileiro é uma das maiores do mundo.

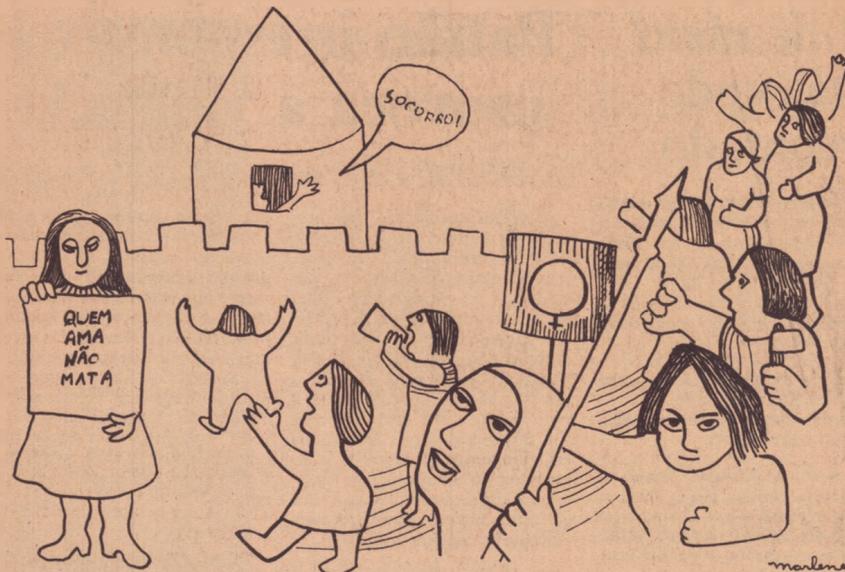
Jogadores, técnicos e solertes cartolas viajaram de norte a sul do país, engolindo distâncias e reclamando das dificuldades criadas por um calendário maluco, que roubava tempo das esposas e dos filhos. E, finalmente, arrecadações monumentais, que várias vezes estouraram a casa dos 20 milhões de cruzeiros, deixaram muitos dirigentes satisfeitos.

Os três grandes

À fase semifinal chegaram três grandes clubes — Flamengo, Grêmio Porto-Alegrense e Corinthians — e um "médio", o Guarani, que ainda não é considerado time

grande, embora tenha sido o campeão brasileiro de 78. Mais uma vez não foi quebrado o "círculo de ferro" dos clubes de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Euforia, portanto, dos cartolas desses Estados, euforia também da CBF, onde estes cartolas detêm a maior parcela do poder.

Nem ano de Copa do Mundo, é preciso que se diga, o Campeonato Brasileiro, ou Taça de Ouro, esteve bem abaixo do que se poderia esperar da principal competição de um dos países favoritos — o Brasil. É bem verdade que o campeonato serviu para que o Serginho, do São Paulo, pudesse finalmente quebrar a resistência de Telê Santana e consolidar a sua vaga na Seleção. E que serviu também para que o Zico pudesse continuar mostrando o seu futebol primoroso, de auge de carreira, da mesma forma que o Sócrates.



Mulheres espancadas por maridos, diariamente

A miséria muitas vezes leva à violência contra esposa e filhos

"Ele é um revoltado com a vida, com as autoridades, com a família, e achava que eu tinha que pagar por tudo. Me batia demais, por covardia".

É assim que R.M. (ela pediu para não ser identificada) fala do companheiro com quem viveu três anos e de quem fugiu, levando a filhinha de 25 dias. Ela tem 19 anos e acalenta a criança com gestos que guardam ainda um jeito de meninice.

Cabeçada e murro

"Quando a gente se conheceu eu tinha 16 anos e ele 27. Ele conversou com meus pais e disse que gostava de mim, que queria fazer vida comigo. Eles concordaram e ficamos namorando. Um dia ele me violentou. Ele foi muito bruto, me agrediu mesmo, com cabeçada e murro. Eu não contei pra ninguém e fiquei com raiva e medo dele. Mas, como eu achava que não poderia ser mais de outro homem, aceitei viver com ele. E eu ainda gostava um pouco dele e tinha pena porque ele teve uma vida sofrida, mas companhias e até prisão".

Apoio às mulheres

R.M. é uma entre várias mulhe-

res que diariamente procuram o SOS Mulher, entidade criada em São Paulo por diversos grupos feministas, com a finalidade de atender e denunciar as diversas formas de violência e discriminação praticadas contra a mulher.

Desde sua criação, em outubro de 1980, já foram atendidas quase 1.500 mulheres. A maioria (85%) chega com problemas semelhantes ao de R.M.: violência sexual e espancamento. Outras recorrem ao SOS para que as ajude a resolver questões trabalhistas, direitos da mulher após a separação, guarda dos filhos etc. Ou apenas para desabafar e procurar apoio.

"Aqui foi o único lugar onde encontrei apoio", prossegue R.M. "Durante os três anos de inferno que vivi, nunca tive coragem de contar para ninguém, apanhava calada. Tinha medo de contar para meus pais, ele é muito violento. E eu não tenho certeza se eles iam me dar apoio, porque achavam ele uma boa pessoa. Em parte ele é. Nunca andou com outras mulheres e botava tudo dentro de casa. Mas por qualquer coisa ele ficava nervoso e me batia forte com o que tivesse na mão. Até que eu não aguentei mais. Pra mim tudo piorou depois que minha filha nasceu: eu estava de dieta do parto

e ele me bateu porque eu não queria ter relações sexuais. Eu também achei que minha filha não podia crescer nesse ambiente, com esse exemplo, e resolvi fugir. E uma mulher me falou do SOS Mulher".

Miséria

O SOS é constituído de mulheres que, com ajuda de algumas psicólogas e advogadas, prestam esse serviço voluntariamente, em sua sede na praça Benedito Calixto, 56.

Um de seus objetivos é fazer a mulher ter consciência de sua importância na sociedade e de seus direitos e deveres, "mostrando os caminhos legais que ela pode seguir no caso de, por exemplo, violência física ou orientando-a para a educação dos filhos ou para melhor capacitação profissional. Não temos fórmulas para os problemas. Cada mulher que encontrar sua própria solução".

Segundo uma das fundadoras do SOS, a principal causa dos problemas que levam as mulheres a procurar a entidade é a miséria que oprime a população de mais baixa renda. A miséria somada com uma educação machista, que permite e justifica que os homens "desafoguem as frustrações espancando suas mulheres".

Tribuna Livre

A doença social — um mal com cura

É importante que a gente esteja sempre muito atento às intenções, na maior parte das vezes altamente aproveitadoras, daquelas pessoas que dirigem as instituições e os governos. É dentro dessa forma de pensar, que vale a pena uma reflexão em cima da carga horária de trabalho que tem sido gasta pelo trabalhador, comparada à pequena extensão de tempo de que esse mesmo trabalhador dispõe para seu lazer.

Os psiquiatras, psicólogos e psicoterapeutas, que são procurados inúmeras vezes na hora da crise, têm condições de perceber e denunciar para seu cliente, o trabalhador, essa verdadeira exploração que está sendo imposta, de maneira desumana ou sub-humana, ao povo. Mas, em geral, o profissional médico tem se acomodado no silêncio, e com isso, por omissão, fica ao lado do opressor, ajudando essa situação a crescer.

Sem tempo

Dando exemplos de como funcionam esses mecanismos de opressão em termos de saúde: para um indivíduo produzir bem seu trabalho, sair satisfeito com o que fez, poder chegar em sua casa bem, ficar bem com a mulher e os filhos, crescer como pessoa responsável, é necessário, além das boas condições empregatícias, como bom salário, respeito do patrão, boa alimentação etc., que ele tenha um horário para o lazer. Quero dizer, um tempo pra si próprio e para sua família. Não importa de que forma ele prefira usar esse tempo, isso é

Paulo José Moraes: Psiquiatra, professor de Psicologia, filiado ao PT - V. Madalena.

da conta de cada um. Mas, que ele possa ter tempo para sua cerveja, ou seu jogo de futebol, para um passeio com a família de quando em quando, poder levar os filhos para um parque, qualquer coisa assim.

E aí é que a porca torce o rabo, como se diz no interior. Hoje, para o indivíduo sobreviver, quero dizer para pagar a condução, comer mal, pagar a casa, além dos impostos cada vez maiores, para enfim passar mal a vida, ele tem que além de trabalhar doze ou treze horas por dia, ainda fazer hora extra nos fins de semana. Por isso é que às vezes aparece no consultório do psiquiatra o trabalhador que não vê a esposa mais do que alguns minutos por semana, porque ela também trabalha, em outro horário, também faz extra, e por aí vai.

Surge a doença

É claro que um jeito assim de viver só pode provocar doença. E é o que acontece. Começam a surgir sintomas de nervosismo, irritação, insônia, e não muito dificilmente, medos, angústias, manias etc. É o chamado stress. Aí, tem que parar na marra, senão, os próximos passos serão as neuroses e, terrível, as psicoses. Já se sabe hoje que o indivíduo que fica louco, na maior parte das vezes, rompe com uma situação insustentável, do ponto de vista psicológico, e é aí que pira.

Quando a pessoa começa a ter

esses sintomas, vai ser obrigado a cair em verdadeiras arapucas da medicina, onde muitas vezes as consultas são de cinco ou dez minutos, sem qualquer nível de assistência mais séria ou responsável. O doente vai ser iludido por maus profissionais, ou por profissionais que, sofrendo o impacto desse sistema opressor, não conseguem fazer sua medicina bem feita.

Se o trabalhador precisar ser internado, vai ser pior. Vai parar em hospitais psiquiátricos que funcionam semelhantemente aos campos de concentração. Com raspagem de cabelo, uniformes iguais, janelas com grades, e verdadeiras torturas, como o eletrochoque, onde se tenta fazer com que o doente fique bem comportado, ou adequado ao sistema.

Direitos dos doentes

A nossa atenção, como cidadãos que, juntos, vamos determinar qual sistema vai vigorar, é a de exigir uma medicina que não só seja boa, no sentido técnico da palavra, mas que também respeite os direitos humanos do paciente, principalmente quando esse procura um psiquiatra por apresentar um problema causado pelo simples fato de ser um oprimido dentro da sociedade. Podemos concluir dizendo que, nesse Brasil de hoje, sobrenome (principalmente os mais simples, sem tradição e riqueza herdada), muitas vezes é doença. Não tem que ser assim, e esta moléstia quem pode tratar e curar, definitivamente, é o povo.



"Show" de Maio, em 1979, arrecada fundos para os grevistas

A greve dos metalúrgicos, agora em longa-metragem

"Linha de Montagem" já está sendo exibido

"Linha de Montagem" é o nome do filme de longa metragem de Renato Tapajós, música de Chico Buarque, lançado no último dia 13, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, em São Paulo.

Trata-se de um documentário sobre as greves de 1979 e 1980 na região, contando a organização dos trabalhadores, sua luta corpo a corpo com a repressão, as intervenções e as grandes assembleias no Estádio de Vila Euclides.

Balço das greves

O documentário mostra ainda o 1.º de Maio e a passeata: a solidariedade do povo brasileiro com os grevistas, a solidariedade das mulheres, que saíram às ruas exigindo a reabertura das negociações e a liberdade dos sindicalistas presos.

O filme também mostra o Fundo de Greve que sustentou a categoria e as famílias nas suas campanhas salariais.

Lula, Djalma, e outros antigos diretores do Sindicato, aparecem no filme. Eles fazem um balanço dos movimentos para concluir que os trabalhadores, além da organização sindical, precisam organizar-se politicamente.

Lançamento

O filme de Renato Tapajós é o primeiro a registrar o movimento operário dos anos 79/80 e seu balanço político feito pelos próprios trabalhadores. Além disso, a fita documenta o nascimento do Partido dos Trabalhadores.

No próximo dia 1.º de Maio "Linha de Montagem" será lançado na cidade de São Paulo.

Outra vez na mira da Censura

Já proibidos um filme e uma peça. E depois?

De repente, não mais que de repente, um frioziño começou a se insinuar na barriga dos nossos homens de letras, dos artistas, dos intelectuais e de nós todos.

E nem era para menos. O filme "Pra Frente Brasil", produzido e dirigido por Roberto Farias, premiado no já tradicional Festival de Cinema de Gramado, foi considerado "maldito e subversivo" pelos nossos mentores gerais, isto é, intelectuais.

Como se isto não bastasse, a Censura Federal proibiu a exibição, no País, da peça "Boa Noite, General" de João Vianney, por entender que o texto "é capaz de provocar o incitamento contra o regime vigente, a ordem pública, as autoridades e seus agentes".

Não prejudicam

Segundo os autores de ambos os textos, suas obras jamais tiveram qualquer propósito de prejudicar a "abertura no Brasil". No caso do Roberto Farias, até o diretor da Embrafilme, Celso Amorim, já caiu do cavalo, por "subvencionar obra subversiva".

Repúdio

As associações de classe ligadas ao mundo artístico já manifestaram seu repúdio à censura, além do frioziño na barriga.

E nós, simples mortais, num ano eleitoral? Como se não bastasse a Lei Falcão, como ficaremos se a censura continuar e aumentar? Como diria o Arapuá: quem nasceu pra urubu nunca chega a colibri!

(Denise Santana)

Literatura ampla, geral e irrestrita

Espaço amplo, geral e irrestrito. Pelo menos é assim que o editor do jornal literário Solux, Luiz Sérgio de Viveiros, define sua própria publicação.

Solux tem periodicidade bimestral, formato meio ofício, impressão em mimeógrafo e está aberto para os poetas e escritores em geral. É mais um esforço literário independente de pessoas que não conseguem apoio dos órgãos competentes.

LITERATURA
Por uma nova VIDA
liberdade

LUIS SÉRGIO DE VIVEIROS
SOLUX
JAN/EIRO 1982

Acróstico

Caçador

O acróstico que publicamos a seguir é do cantor Geremias, dos Possesores do Sítio da Batalha, na Grande Vitória, no Estado do Espírito Santo:

Por isso vivo a falar
O pobre tem que sofrer
Só por ser um lutador
Só por não ter poder
Enfim vivemos sofrendo
Lsto e outras ameaças
Rompemos de peito erguido
Os políticos e sua raça
Seremos caçador e não caça.
Batalhamos pra vencer
Assim vamos pra frente
Todos no mesmo grito
Alto e comovente
Lutamos todos animados
Hoje amanhã e sempre
Assim também seremos gente.

Recontando a história

"Batismo de Sangue", um livro sobre a vida de Marighella

Quem foi, afinal, Carlos Marighella? "Bandido, terrorista, assassino de pais de família" — diziam os cartazes que o governo espalhou por todo o Brasil, entre os anos de 1968 e 1969. "O 'Che Guevara' brasileiro" — respondem os militantes da Frente Sandinista de Libertação Nacional, que tiveram em seu livro — o *Manual do Guerrilheiro Urbano* — sua primeira cartilha de combate. "Um defensor dos direitos humanos" — segundo o general Euclides Figueiredo, pai do presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo, em reconhecimento a seu trabalho na comissão de defesa dos direitos do homem da Assembleia Nacional Constituinte de 1945.

Principal dirigente da ALN — Ação Libertadora Nacional — um dos principais grupos de guerrilha urbana que atuaram no país entre 1967 e 1973, a vida e a obra de Marighella são mais conhecidas no Exterior do que no Brasil. Um mistério ainda maior que sua vida, porém, é o que envolve seu assassinato, por um grupo de policiais comandado pelo falecido delegado Sérgio Fleury, na noite de 4 de novembro de 1969.

Como ele soube?

Como Fleury chegou até Marighella? — durante 13 anos ninguém soube responder essa pergunta.



Frei Beto, autor do livro

Ao longo desses anos, só se conhecia a versão oficial. Segundo a polícia, os padres dominicanos Ivo Lesbaupin e Fernando de Brito foram presos e passaram a colaborar com a repressão, marcando um encontro com Marighella. E, no encontro, os policiais o mataram.

A resposta

O outro lado da história — Quem foi Marighella? O que pensava? Por que saiu do Partido Comunista? Como foi morto? Qual o verdadeiro papel dos dominicanos na sua morte? Como os padres foram torturados? Qual a

participação da CIA norte-americana no assassinato? — tudo isso está respondido no livro "Batismo de Sangue", de Carlos Alberto Libânio Christo, o Frei Beto, que a Editora Civilização Brasileira está lançando esta semana.

"Batismo de Sangue" é um livro de grande interesse. Ele conta em todos os detalhes um dos fatos mais importantes da história recente do Brasil. E Frei Beto escreveu esse livro com um clima de suspense igual ao dos melhores romances.

(Antonio Carlos Fon)

O salomão do futebol

Até hoje, o único jogo de futebol que terminou meio a zero foi na zona rural de um município do Sul de Minas de Minas.

Foi assim: o centroavante de um dos times pegou uma bola de jeito na marca do pênalti e encheu o pé; o goleiro, que era muito bom, pulou e agarrou. Mas a bola já estava muito velha e, quando bateu no peito do goleiro, estourou. O goleiro ficou segurando o capotão da bola, a câmara de ar caiu e entrou no gol.

Começou a discussão:

— É a câmara de ar que vale!
— Não senhor, o que vale é o capotão, você não conhece as regras?

A discussão estava esquentando e, quando já ia virando briga, o juiz resolveu entrar em ação, apitando forte e gritando:

— Quem conhece regra aqui sou eu! Eu é que resolve isso!

— Como é que fica, então?
— Tá na regra: quando entra a câmara de ar e o capotão fica de fora, vale meio gol. É meio gol!
(M.B.)

Pergunta e Resposta

Que possibilidades tem o estrangeiro de trabalhar no Brasil?

Há duas possibilidades para o estrangeiro poder trabalhar no País: uma delas é entrar aqui com contrato de trabalho por tempo determinado. Nesse caso, recebe visto provisório até o término desse contrato. A outra possibilidade é obter o visto de permanência no País. É difícil conseguir esse visto, pois a lei faz uma série de exigências. Uma delas se refere à qualificação profissional do interessado. Na lei, esse dispositivo está redigido em termos vagos e com base nele o Ministério da Justiça pode indeferir os pedidos quando julgar necessário, sem precisar dar maiores explicações.

A nova Lei de Estrangeiros permitiu, aqueles que estavam em situação irregular no País, requerer o visto provisório. Esse visto é válido por dois anos. Nesse período o estrangeiro pode trabalhar no País e também requerer o visto de permanência, caso preencha todos os requisitos legais.

A polícia pode entrar na casa de um cidadão durante a noite para prender alguém?

Não. A Constituição garante a casa como local inviolável da pessoa, e ninguém pode entrar nela sem o consentimento do morador, nem à noite, nem durante o dia, a não ser em caso de crime ou desastre. Em caso de crime, a polícia deverá realizar a busca durante o dia, a não ser que o morador permita que se realize à noite. E antes de entrar na casa, após se identificar, deverá ler e mostrar a ordem de prisão ao morador, intimando-o, logo após, a abrir a porta e a acompanhá-la.

Como ficou o voto na legenda?

O Governo enviou recentemente ao Congresso Nacional mais um pacote, desta vez extinguindo o voto na legenda. Antes da reformulação partidária, quando as eleições se davam apenas entre ARENA e MDB, o voto na legenda beneficiava, e muito, o então partido único das oposições.

O eleitor votava apenas na legenda (ou seja, colocava na cédula apenas MDB) e a soma destes votos permitia depois a eleição de mais deputados desse partido. Percebendo que isso poderia ocorrer novamente nas eleições deste ano, agora com a participação de mais partidos de oposição, que poderiam se beneficiar com o voto apenas na legenda, o governo baixou outro pacote. Por ele, o eleitor deverá escrever na cédula, além do nome do partido, o nome do candidato e seu número. Permanece, porém, a vinculação total de votos: o eleitor deverá votar para todos os cargos nos candidatos do mesmo partido, desde governador a vereador. Se colocar na cédula as siglas de partidos diferentes, seu voto será anulado. O projeto do governo extinguindo o voto na legenda ainda deverá ser votado no Congresso.

Como um comprador de lote pode saber se o loteamento é "clandestino" ou "grilado"?

Uma das maneiras mais simples para resolver esse problema é ir ao Cartório no Registro de Imóveis a que pertence o loteamento (veja pela sua cidade ou pelo bairro) e pedir uma certidão de propriedade. Leve o seu contrato para que o escrivão possa copiar os dados necessários para fazer esse documento. Se for "clandestino", o

loteador não teve autorização da Prefeitura para abrir as ruas e vender os lotes. A certidão dirá que ele é o dono da área toda, mas não aparecerão as ruas registradas. Se o loteamento for "grilado", o caso é pior ainda, pois quem vendeu o lote não é dono e a certidão terá que dizer isso.

Quando o empregado é demitido 30 dias antes do reajuste, tem direito a receber mais um salário?

Sim. Segundo a nova lei salarial, o empregado demitido até 30 dias antes do reajuste tem direito a mais um salário. A data a ser considerada como de dispensa é o final do aviso-prévio. Se for dispensado até 60 dias antes do reajuste com aviso-prévio pago em dinheiro, também tem direito, porque considera-se data da dispensa como o último dia do aviso, mesmo se este foi pago sem trabalhar.

Quem faz hora-extra a maior parte dos dias da semana, tem direito a receber com hora-extra o domingo e o feriado, mesmo que não trabalhe nesses dias?

— Tem. O trabalhador tem direito ao domingo e ao feriado. Além disso, o pagamento do 13.º, das férias, e em caso de dispensa, de aviso prévio, deve ser calculado com base na média das horas extras trabalhadas.

O objetivo desta seção é responder as perguntas e dúvidas do leitor, sobre os mais diversos assuntos, que afetam diariamente a sua vida. Para fazer a consulta, o leitor deve escrever para o seguinte endereço: **Jornal dos Trabalhadores** — Seção "Pergunta e Resposta" — Travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 145 — CEP 01318 — São Paulo — SP.

ASSINE O JORNAL DOS TRABALHADORES

Assinando o JORNAL DOS TRABALHADORES, você economiza...

Cr\$ 500,00 por 12 meses

Nome: _____

Endereço: _____

Profissão: _____ Idade: _____ CEP: _____

Assinale o tipo de assinatura que você quer e envie este cupom juntamente com um cheque nominal em nome de PERSEU ABRAMO. Remeta para JORNAL DOS TRABALHADORES - ASSINATURAS - Travessa Brigadeiro Luiz Antonio, 145, CEP: 01318, São Paulo - SP.



ÁRIES — 21/03 a 20/04 — O sucesso de Áries, neste período, pode depender de sua sutileza. O bom trânsito de Marte por Vênus favorecerá os aspectos financeiros, sentimentais e de saúde. Contudo, seja sutil nas suas intervenções no trabalho e na política.

TOURO — 21/04 a 20/05 — Respeite e acate as opiniões divergentes. Embora você esteja sob a proteção extra que Saturno tem lhe dado, não abuse. Seja comedido em todos os aspectos. Cautela: respeite a opinião dos outros na vida política.

GÊMEOS — 21/05 a 20/06 — A sua indecisão já começa a ser uma marca registrada. Alterações imprevistas, provocadas pela entrada de Vênus em quadratura com o seu planeta, provocarão instabilidade na sua saúde e vida sentimental. Entretanto, tome aquela decisão que você vem adiando na sua vida política.

CÂNCER — 21/06 a 21/07 — Você não consegue esconder suas emoções. No amor, as previsões não são animadoras e a mesma precaução serve para a saúde. Siga à risca o planejamento para a entrada e saída de dinheiro. Na próxima reunião política, assumo o seu lado sentimental.

LEÃO — 22/07 a 22/08 — Em vez de querer aparecer, faça uma autocrítica. Nuvens escuras nublarão a vida sentimental do nativo de Leão. Na saúde, muita vitalidade. No aspecto financeiro, você não conseguirá ainda aquela estabilidade. Assuma seus erros políticos e seja mais aberto.

VIRGEM — 23/08 a 22/09 — Abandone os sonhos e as fantasias. A ausência de Vênus na vida afetiva deve lhe colocar em estado de alerta. A ginástica só lhe fará bem. Mercúrio predispõe a vida financeira. Contudo, ponha os pés na terra e lembre-se que, sozinho, você não fará nada.

LIBRA — 23/09 a 22/10 — Controle mais de perto a sua ingenuidade. De agora em diante, quem for de Libra, deve se preocupar mais com a sua saúde. Os aspectos financeiro e sentimental apresentam-se confusos. Cuidado, não se deixe iludir por falsas promessas políticas.

ESCORPIÃO — 23/10 a 21/11 — Qualquer obstáculo será removido pela sua força de vontade. Pequenos contratemos na saúde, felicidade no amor e estabilidade nas finanças. Entretanto, como a vontade é um dos pontos fortes da sua personalidade, os obstáculos serão removidos.

SAGITÁRIO — 22/11 a 21/12 — Você adora aventuras e emoções fortes. A posição de Vênus na sua vida sentimental não está bem delineada; cuidado. Contudo, os astros serão favoráveis na saúde e no dinheiro. Não se poupe, extravase na política suas emoções.

CAPRICÓRNIO — 21/12 a 20/01 — Ninguém conhece você de corpo inteiro. Mesmo contando com a boa vontade de Saturno, sua vida sentimental não será um mar de rosas. Na saúde, cuidado com a poluição. Desfavorável no plano financeiro. Seja mais autêntico na política.

AQUÁRIO — 21/01 a 19/02 — Trate de defender os seus interesses. Os bons fluidos de Vênus favorecerão a sua vida sentimental. Preserve a sua forma física. Estabilidade no aspecto financeiro. Contudo, lembre-se: na política, você precisa brigar mais pelos seus interesses.

PEIXES — 20/02 a 20/03 — Você não conhece a sua própria força. As estrelas estão brilhando na sua vida afetiva. No lado financeiro, as perspectivas não poderiam ser melhores. A saúde será fortalecida. Lute mais para impor suas idéias políticas, você desconhece a sua força.



Em Mato Grosso do Sul, passeata pela justiça

Alcides Bartolomeu de Faria

Uma "Caminhada Para a Justiça" será realizada no próximo dia 13 de junho, na cidade de Naviraí, Mato Grosso do Sul, por iniciativa da Comissão Pastoral da Terra.

Nessa data, completa um ano o assassinato do advogado Joaquim das Neves Norte, assessor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da CPT. Na ocasião, ele se dedicava à defesa dos arrendatários de várias fazendas e dos trabalhadores das serrarias locais, que estavam sendo despedidos em massa. Até agora nada foi apurado sobre o criminoso e nem sobre o mandante.

Um ano depois, apenas 80 famílias continuam no novo acampamento. As demais não suportaram as condições sub-humanas que lá encontraram. Nenhuma promessa foi cumprida por parte do governo, que colocou os lavradores num verdadeiro campo de concentração, sob controle policial violento. A alimentação é pouca e a assistência médica nunca existiu. Em consequência, várias crianças morreram. Mas permanece viva a decisão dos lavradores de conquistar a terra.

Ocupação da terra

Esse crime e outros semelhantes fazem a longa história da luta pela terra no Mato Grosso do Sul. No próximo dia 13, os trabalhadores do sul daquele Estado têm outra data a ser lembrada. Trata-se da ocupação, por centenas de lavradores do novo município de Itaquiraí, de uma área de terra devoluta e disputada por três fazendeiros.

Na madrugada do dia 13 de maio do ano passado, os trabalhadores com seus familiares dirigiram-se em caminhões, peruas e camionetes para a fazenda. Até o dia 15, ainda continuava a chegar gente. Muitos vieram do Paraná, e até mesmo do Paraguai. No geral 750 famílias estavam instaladas nos 300 alqueires de mata derrubados.

O governo promete

Os fazendeiros e o governo agiram como sempre, enviando jagunços e policiais fortemente armados. Foram feitas negociações entre o governo e uma comissão de ocupantes e os lavradores concordaram em deixar a terra, diante do seguinte compromisso do governo: os trabalhadores seriam transferidos para uma nova área de mata do mesmo tamanho e de boa qualidade, onde pudessem acampar com 500 barracos de lona, com toda a assistência necessária, inclusive alimentação.

Governo não cumpriu

Os trabalhadores pagaram caro por confiar



Todo dia os lavradores são expulsos da terra pelos jagunços

A luta no Bico do Papagaio

Posseiros procuram unir-se

No Extremo Norte Goiano, a 1500 km da Capital, estão formados, desde o ano passado, os mais sólidos diretórios do PT no Estado de Goiás. É a região conhecida como **Bico do Papagaio** — por causa de seu formato geográfico, na ponta do mapa de Goiás — cenário de violentos conflitos pela posse da terra.

Os posseiros do Bico do Papagaio são permanentemente acossados pelos grileiros que infestam todo o Norte goiano, e também o Sul do Pará e o Sudoeste do Maranhão. Eles aprenderam, na prática, que somente unidos podem ter forças para resistir às terríveis pressões de jagunços, PMs, juizes, INCRA (agora, GETAT - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins) e até do Exército. Em julho de 1979, por exemplo, os lavradores do povoado de Sampaio, no município de São Sebastião do Tocantins, onde se formava o primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais da região, foram atacados com bombas lançadas por um helicóptero do Exército.

Assim, além da luta sindical, os posseiros do Bico do Papagaio passaram a organizar-se no Partido dos Trabalhadores. Distantes de Goiânia e de outros centros onde o PT se organizava no Estado, os trabalhadores rurais de São Sebastião do Tocantins, Ita-

guatins, Axixá e Sítio Novo tiveram os primeiros contatos com o Partido através de seus companheiros do Sudoeste do Maranhão, área mais próxima.

Receberam grande apoio da Comissão Pastoral da Terra. Mais tarde, em 1981, Athon Magno Costa e Silva (presidente regional do Partido e também lançado candidato a governador, em Goiás) percorreu os diversos povoados desses municípios, estruturando o PT. Foram muitas caminhadas a pé por estradas sem transporte regular, viagens pelos rios, dias de tensão e risco.

Hoje o PT está solidamente estruturado no Extremo Norte Goiano e ainda em vários outros municípios do Norte do Estado. Disputará as Prefeituras dos quatro municípios citados, com chances de vencer. Essa possibilidade tem provocado o descontentamento de políticos tradicionais da região.

O candidato a prefeito de Axixá, pelo PT, professor Elias, foi demitido, pelo prefeito local, da escola onde lecionava havia cinco anos, em três turnos diários, para 150 crianças (recebendo, aliás, Cr\$ 3 mil mensais...). Outros companheiros têm sido ameaçados de morte.

(Antônio Carlos Moura, de Goiânia)

Mais invasões em Curitiba

Trabalhadores expulsos do campo não têm onde morar

As invasões de terrenos desocupados por famílias que não têm mais condições de continuar pagando aluguel estão se tornando frequentes em Curitiba, uma cidade que recebeu 670 mil novos habitantes entre 1970 e 80, normalmente trabalhadores expulsos do campo.

A Polícia chega

Na semana passada, a Prefeitura desalojou 35 famílias que haviam ocupado uma área de 10 mil metros quadrados, na Vila Duque de Caxias, próximo à Cidade Industrial.

Operários, com salários de um a quatro mínimos, moradores na própria vila — em casas alugadas ou junto com parentes — os invasores entraram no terreno no sábado, dia 3, dividindo os lotes e começando a erguer suas casas.

Na manhã de segunda-feira, dia 5, os fiscais da Prefeitura chegaram, acompanhados por três camburões da Polícia Militar e cerca de 30 soldados.

Protestos

A Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese tentou mediar a situação e evitar o despejo, mas também não foi ouvida. No dia

seguinte, a Comissão divulgou um parecer sócio-jurídico sobre as invasões de terrenos públicos. No documento, a Comissão denunciou a atitude da Prefeitura como "discricionária e arbitrária" pois em nenhum momento provou a posse do imóvel, além de requisitar força policial sem mandado de juiz.

A necessidade obriga

Os invasores explicaram que a decisão de ocupar o terreno tinha sido determinada, em primeiro lugar, pela necessidade, já que pagar aluguel com os constantes e elevados aumentos está cada vez mais difícil. Mas pesou também o fato de a Prefeitura ter concedido licença para uma família construir sua casa na área há cerca de três semanas.

A própria Prefeitura reconhece que é cada vez mais difícil à população de baixa renda arcar com os custos de moradia. Um levantamento realizado pelo Departamento de Desenvolvimento Social demonstrou, por exemplo, que de cada 100 pessoas que procuram o serviço de assistência social das favelas, buscando um espaço para erguer um barraco, 80 são assalariados que não estão conseguindo pagar aluguel.



Os lavradores de Marabá estão dispostos a resistir. A direita, Raimundo Nonato.

“Daqui para a cadeia ou para o cemitério”

Raimundo Nonato Ferreira dos Santos é apenas um entre quase três milhões de lavradores sem terra. O drama de todos

“Ejá vim do Ceará lascado pela seca. Mas, agora que achei um pedaço de terra para plantar, só saio daqui para o cemitério ou para a cadeia”, explicava, no início do mês de dezembro — com uma espingarda calibre 20 na mão — Raimundo Nonato Ferreira dos Santos.

Ele é um dos 164 posseiros cujas famílias foram expulsas da gleba “Pau Seco”, a 40 quilômetros de Marabá, no sul do Pará, por um destacamento da Polícia Militar. Durante o despejo, soldados pisotearam até matar uma menina de seis anos, filha do posseiro Edivaldo Batista dos Santos.

Dois milhões

Raimundo Nonato teve sua casa e sua plantação queimadas pelos pistoleiros dos grileiros Manoel Cardoso Neto e José Ferreira da Nóbrega. O seu caso não é um caso isolado. Segundo o bispo D. Moacir Greechi, presidente da Comissão Pastoral da Terra, outros dois milhões de chefes de família, lavradores, vivem espalhados pelo Brasil, sem um pedaço de terra para plantar.

É isso não acontece porque falte terra. Muito pelo contrário. Em 1976, o próprio governo federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), reconhecia que existem no Brasil 97,8 milhões de hectares de terras boas e desperdiçadas, sem nenhuma espécie de lavoura.

Isso é uma área suficiente para se fazer uma reforma agrária em que cada família de agricultor sem terra recebesse uma gleba de 50 hectares.

As pequenas propriedades

Mas os representantes dos latifundiários como o deputado Sérgio Carlos de Almeida, PDS-SP — argumentam que não se deve fazer uma reforma agrária porque as pequenas propriedades não são produtivas.

Essa afirmação é desmentida pelo próprio Governo. Segundo o Ministério da Agricultura, em um relatório feito em 1979,

as pequenas propriedades, de até 50 hectares, são responsáveis por 78% da mandioca, 72% do feijão, 64% do milho, 43% do arroz, 58% do algodão, 40% da soja e 31% do trigo produzidos no Brasil.

Quem o Governo ajuda

Em vez de ajudar o pequeno produtor, entretanto, o Governo prefere dar aos grandes latifundiários facilidades de crédito para a compra de máquinas, fertilizantes e sementes.

O resultado é que em dez anos, entre 1970 e 1980, a área plantada com soja aumentou em 18 vezes no País.

E quais os resultados que isso trouxe para o povo brasileiro? A soja, cuja produção é quase toda exportada, ocupou as terras onde antes eram plantados arroz, feijão e milho. Isso fez com que os preços dos gêneros de primeira necessidade aumentassem em todo o Brasil.

Ricos e pobres

Além disso, as lavouras de soja são todas mecanizadas, por isso dispensam em grande parte o trabalho humano. Como consequência do crescimento das plantações de soja, os fazendeiros do Paraná ficaram mais ricos, mas os trabalhadores ficaram mais pobres.

Por essa razão é que os trabalhadores tiveram que abandonar o Estado onde moravam e, entre o censo de 1970 e o de 1980, o Paraná foi a única região do Brasil onde a população diminuiu.

Sem trabalho

As famílias que até 1970 trabalhavam nas lavouras no Paraná tiveram que sair à procura de terra para plantar em outras regiões do País.

Hoje, eles fazem parte daquela multidão de dois milhões de famílias que não têm onde trabalhar. Essa situação está se repetindo no Mato Grosso do Sul.

Aumentam as favelas

O deputado Antonio Carlos Oliveira,

Em busca da saída política

Por que o PT é o maior partido do Acre? No Acre, 80% das terras estão nas mãos de um pequeno número de famílias. Além disso, muito mais da metade da população da capital, Rio Branco, mora em favelas.

Mas não foi só no Acre que os trabalhadores rurais já descobriram de que lado está cada partido.

Em Catolé do Rocha, na Paraíba, por exemplo, o PT não existia. Os trabalhadores rurais estavam no PP. Com o fim desse partido, porém, eles decidiram organizar o PT, porque vêem os outros partidos dominados pelos fazendeiros.

Outros exemplos

O Norte de Goiás é uma das regiões onde mais se luta pela posse da terra em todo o Brasil. O Governo fica sempre do lado dos grileiros e latifundiários. E o candidato do PMDB, o fazendeiro Iris Rezende, já deixou claro mais de uma vez que é totalmente contra a reforma agrária.

No Maranhão, também, os trabalhadores rurais sabem que só podem confiar em Oswaldo Rocha, candidato do PT ao Governo do Estado. Há vários anos Oswaldo é advogado da Comissão Pastoral da Terra, dos posseiros e dos trabalhadores rurais no Sudoeste maranhense.

candidato do PT ao Governo do Mato Grosso do Sul, já disse várias vezes que a concentração da propriedade da terra nas mãos de um pequeno grupo de latifundiários está provocando o aumento das favelas em Campo Grande. Assim, o Governo, estimulando os grandes fazendeiros a só plantarem soja, está aumentando a miséria dos trabalhadores do campo, em vez de contribuir para diminuí-la.

Dando continuidade às arbitrariedades, um pelotão da Polícia Militar prendeu dias depois, em Rurópolis, 7 trabalhadores rurais em decorrência da concentração dos lavradores na Delegacia.

Nenhuma providência

Na ocasião, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém recolheu depoimentos e enviou vários ofícios ao delegado de Polícia de Santarém, Hélio Palhares, ao então secretário da Segurança Pública do Estado do Pará, ao delegado Regional do Baixo Amazonas, Athos Treptow, ao comandante do Batalhão “Tapajós” da Polícia Militar do Pará, Pedro Alves da Silva, ao presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, Alberone Lobato, e à Juíza de Direito da Comarca de Santarém, Albanira Bemerguy.

Nesses ofícios, o Sindicato relatou as perseguições e ameaças e pediu segurança de vida para Avelino e Evaristo. Como sempre, nenhuma providência foi tomada pelas autoridades no sentido de impedir a ação criminosa de Otacílio Alves Feitosa.

Mas, o nome de Avelino — como o de muitos outros — também não será esquecido. Como afirma o Sindicato ao qual ele pertencia: “sua memória ficará sempre viva entre nós, fortalecendo ainda mais a organização de toda a categoria de trabalhadores rurais, na luta em defesa dos seus direitos”.

Santarém protesta contra assassinato

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais quer apurar a morte de Avelino

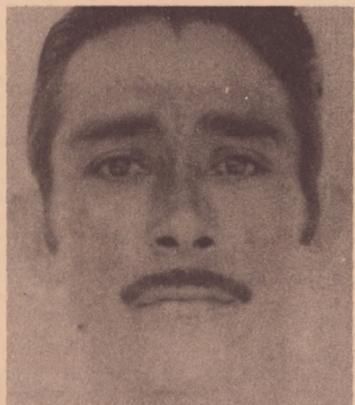
O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém está protestando energeticamente contra o brutal assassinato de seu delegado no km 73 da rodovia Santarém-Cuiabá, Avelino Ribeiro da Silva. Em nota oficial, o Sindicato exigiu das autoridades competentes a completa apuração dos fatos, a punição dos envolvidos no crime e conclamou todos os lavradores do município a continuarem, pacífica mas firmemente, na defesa da terra onde vivem e trabalham.

Avelino, casado, pai de cinco filhos, lavrador, foi morto no dia 24 de março passado, às 17 horas, em frente a sua casa, no km 73, por Otacílio Alves Feitosa, o “Ota”. Este grileiro vinha perseguindo o trabalhador rural e seu vizinho, Evaristo Cornélio da Silva, há mais de um ano por questões de terra.

Perseguição

Segundo várias testemunhas, no dia 6 de março do ano passado, o filho de Otacílio, conhecido por “Dedé”, contratou dois marginais para matar Avelino e seu vizinho Evaristo. Antes porém de realizar seu plano os dois jagunços foram presos e confessaram que “Dedé” havia lhes oferecido cinco mil pela morte dos dois lavradores.

No dia 19 do mesmo mês, três policiais militares de Rurópolis foram à comunidade de Igarapé Preto prender Avelino e Evaristo. Mas os dois lavradores recusaram-se a



Avelino Ribeiro da Silva

acompanhá-los sem a apresentação de uma ordem judicial.

No dia seguinte, os dois trabalhadores e outros 67 lavradores da região compareceram à Delegacia de Polícia de Rurópolis. Foram recebidos pelo sargento Miranda, visivelmente embriagado, que provocou os trabalhadores e em seguida deu ordem aos policiais para que atirassem nos presentes. A tragédia só foi evitada porque os lavradores agiram com moderação.

PT quer Trabalho, Terra e Liberdade

Esta é a íntegra da Plataforma Eleitoral do Partido dos Trabalhadores para 1982

1. Sem liberdade a vida não vai mudar. Pelo fim da Ditadura Militar

Hoje em dia, os poderosos dizem que a ditadura já acabou e que tudo mudou com a abertura patrocinada pelo governo. No entanto, a violência, a corrupção e a prepotência continuam tomando conta do país e estão presentes no dia a dia de cada trabalhador. Nas cidades, a Polícia Militar espanca operários com fome. Nos campos, posseiros, são expulsos das suas terras por jagunços ou padres são presos porque estão ao lado do povo. Os generais continuam controlando a vida do país, como se estivéssemos em guerra e os trabalhadores do campo e da cidade fossem inimigos do Brasil. Os poderosos dizem que tudo mudou para que tudo continue como antes.

A qualquer hora do dia ou da noite os trabalhadores estão sujeitos à prisão e aos maiores vexames em qualquer delegacia policial. Os dirigentes sindicais são colocados sob suspeita de subversão porque lutam por melhores condições de trabalho e salário. Os negros são tratados como marginais. Qualquer reunião de gente pobre é vista com desconfiança. Nas fábricas, a ditadura dos capitalistas e a ameaça de desemprego atingem qualquer trabalhador mais consciente dos seus direitos.

Ao mesmo tempo nunca se roubou tanto. Nunca uma minoria ganhou tanto dinheiro sem trabalhar. Isso não pode ficar mais assim. O Partido dos Trabalhadores sabe que os verdadeiros autores de crimes contra o país, os maiores ladrões dessa terra e os criminosos não andam nos ônibus superlotados, não moram nas favelas e bairros populares e não saem de casa às quatro ou cinco horas da manhã. São cidadãos acima de qualquer suspeita, muitos dos quais circulam em carro oficial. A Lei de Segurança Nacional nunca é acionada contra eles. O DOI-CODI, o DOPS e o SNI não vigiam suas reuniões, como fazem com as nossas.

A opressão que pesa sobre a vida dos trabalhadores brasileiros está diretamente ligada ao regime militar que ainda nos governa, defendendo os interesses dos banqueiros, dos especuladores, dos latifundiários e dos capitalistas. Não queremos apenas liberdades controladas a conta-gotas. Queremos substituir todo o regime de opressão e garantir liberdades reais para o povo brasileiro. Para isso, temos consciência de que é preciso avançar na construção, pela base, de entidades representativas que fortaleçam e unifiquem as lutas populares contra a ditadura militar. Na luta por uma sociedade em que o poder seja exercido pelos trabalhadores, defendemos desde já a completa liberdade política e sindical para o povo. Desatrelando a estrutura sindical do aparelho do Estado, que deve deixar de meter o nariz na vida sindical e se limitar a reconhecer as entidades representativas como a UNE e a CUT.

Têm que ser revogadas imediatamente a Lei de Greve, que é um grande entrave para que os trabalhadores reivindiquem seus direitos; a Lei de Segurança Nacional, a CLT, a Lei de Imprensa, a Lei dos Estrangeiros, o Código de Tele-Comunicações e

O lema da campanha do PT

A Campanha Eleitoral do PT é muito diferente de todas as que nós, trabalhadores, participamos até hoje. É diferente porque temos o nosso próprio partido e escolhemos os nossos próprios candidatos. Porque o PT combate a compra do voto, o cabo eleitoral e as promessas demagógicas.

A Campanha Eleitoral do PT é diferente porque é, antes de tudo, uma grande campanha de mobilização e organização dos trabalhadores a partir das principais reivindicações do movimento popular.

A Campanha Eleitoral do PT é uma CAMPANHA DE LUTA, quer dizer, uma CAMPANHA que se compromete com todas as lutas dos trabalhadores.

NOSSO LEMA NACIONAL É: TRABALHO, TERRA E LIBERDADE!

Assumindo as principais reivindicações dos trabalhadores da cidade e do campo, lutamos para acabar com a fome e o desemprego, por melhores salários e terra pra plantar e pra morar, para que nossos direitos sejam respeitados no campo e na cidade, para sair de baixo da opressão dos tubarões.

todas as leis arbitrárias baixadas pelo regime. Têm que ser extintos o Conselho de Segurança Nacional, o SNI, o DEOPS, o DOI-CODI, o CENIMAR, o Conselho Superior de Censura e todo o aparato montado para reprimir o povo e proteger os tubarões.

Lutamos pela realização de eleições livres e diretas em todos os níveis, com direito de voto para os soldados, marinheiros e analfabetos, que são brasileiros como todos nós; pelo direito de greve; pela redistribuição do orçamento da União, incluindo o aumento das parcelas destinadas aos municípios; pela autonomia dos Estados, inclusive quanto ao controle sobre suas Polícias Militares.

Queremos o fim da ditadura militar. Se você concorda, vamos em frente.

2. Num país tão rico é possível acabar com a fome

Cada vez que você sai de casa pra fazer compras, você se assusta com a alta dos preços. Qualquer dia o seu salário não vai dar nem para um mísero quilo de feijão. Não é pra menos, porque os salários não aumentam a cada dia como aumentam os preços.

E se você é um camponês a dureza é a mesma. Você se mata na plantação e, quando vai vender o que produziu, não dá nem para pagar o que gastou. Isso se o grileiro já não lhe tomou a terra e você, sem achar trabalho no campo, não está agora, aos trancos e barrancos, chegando na cidade para começar tudo de novo.

Mas pior ainda é se você é um dos tantos desempregados deste país. Você deixou muito do seu suor produzindo pro patrão e um belo dia ele mandou você embora. Agora, sem salário você não tem como garantir a comida na sua casa.

Pra enfrentar esta situação, o PT faz algumas propostas:

- Um salário mínimo real unificado, que dê pra garantir ao trabalhador e à trabalhadora uma vida decente, e que seja reajustado a cada 3 meses na mesma medida que a inflação;
- Estabilidade no emprego;
- Salário-desemprego;
- A criação de uma Cesta Básica de Alimentos a Preço Fixo, que o Estado — e não os grandes atacadistas — se encarregaria de comprar no campo e vender na cidade;

- Redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salário.

3. Trabalhadores do campo: Terra e melhores salários

Uma reforma agrária, controlada pelos próprios trabalhadores do campo, não pode mais ser adiada. Temos de garantir a posse da terra a quem nela trabalha e não a latifundiários, grileiros e aproveitadores que especulam com títulos de propriedades que nem conhecem. Não podemos mais tolerar a existência de grandes latifundiários e terras devolutas que nada produzem.

Devemos lutar pela distribuição das terras devolutas aos pequenos produtores. Devemos lutar pela intervenção nas grandes empresas agrícolas de modo a orientar a política agrícola, conforme os interesses dos trabalhadores.

Devemos garantir ao camponês o crédito barato para a compra de equipamentos e adubos. Os atravessadores têm que ser combatidos, com a instalação, pelo governo, de uma rede nacional de silos, armazéns e frigoríficos.

Devemos assegurar a todos os assalariados rurais condições dignas de remuneração, transporte e direitos trabalhistas e previdenciários.

Em resumo, precisamos de um governo que se coloque firmemente ao lado dos que trabalham a terra e não este governo comprometido com as multinacionais, os latifundiários, os grileiros e atravessadores.

4. Não é por falta de tijolo que o trabalhador não tem onde morar

O BNH não deu nenhuma solução para o problema de moradia do trabalhador. Além disso, o dinheiro do FGTS está servindo só para engordar os grandes empresários da construção civil. É urgente uma reforma radical na política e na legislação imobiliária, para acabar com a vergonhosa especulação que se faz com a compra e venda de casas e terrenos em nossas cidades.

Devemos promover um amplo programa de construção de casas populares.

Para isso é necessário uma política de taxação progressiva que onere pesadamente os terrenos ociosos, deixados para especulação. É necessário também que se definam os lotes urbanos destinados a esse fim, que sejam localizados em áreas de fácil acesso, condução farta e infraestrutura de saneamento e lazer. Finalmente, para que seja viabilizado tal programa, é ainda necessário intervir na produção e distribuição de materiais de construção, para que sejam padronizados e adaptados a essas necessidades.

É necessário assegurar a posse da terra aos favelados, programando loteamentos populares decentes, loteando-se áreas urbanas que estão ociosas e repassando a preços acessíveis aos trabalhadores. São necessários investimentos maciços em obras de saneamento básico e programas de urbanização sob o controle de comunidades.

E, afinal, o problema da moradia é inseparável da questão dos transportes. Não é possível que os trabalhadores continuem gastando tantas horas e tantas energias em meios de transportes tão precários. Julgamos que devemos apostar no transporte ferroviário e fluvial e nos transportes coletivos ao invés dos carros particulares.

5. Neste país há pouca saúde e muito lucro com a doença

A grande maioria da população brasileira vive hoje em péssimas condições de saúde. Esta situação não poderá ser superada com medidas parciais. É verdade que o atendimento médico é precário. Mas a saúde não é apenas o produto de um bom atendimento médico. Milhares de mortes seriam evitadas se existisse saneamento nos bairros. Se as águas que o povo bebe não estivessem contaminadas. Se a poluição fosse combatida. Se o trabalhador na fábrica tivesse realmente voz forte nas questões referentes aos acidentes de trabalho. A doença é também um produto da má alimentação, dos quartos úmidos, da falta de agasalhos e da falta de lazer.

Tudo isto tem que ser enfrentado em bloco.

Entretanto, qualquer política nesta área se inicia acabando com o lucro. Não dá mais para suportar que se ganhe dinheiro às custas da doença. As clínicas, hospitais, remédios e equipamentos hospitalares têm que estar nas mãos do Estado, o qual deve encampar a indústria química e farmacêutica e empresas que atuam no setor. Estes serviços têm que passar a ser controlados diretamente pela população e pelos trabalhadores da área.

A única forma de garantir o mesmo padrão de atendimento médico para qualquer cidadão é oferecer atendimento médico público e gratuito. Este atendimento tem de ser dado nos próprios locais de moradia do trabalhador, que não pode continuar perdendo a saúde em longas filas, no fim das quais receberá um tratamento precário.

Os postos de saúde têm que existir em número suficiente em cada bairro e ali mesmo oferecerem atendimento básico e, caso necessário, encaminharem o trabalhador para um tratamento mais especializado.



6. A Educação e a Cultural são um direito e não um privilégio de classe

O governo tem apostado na ignorância e não na educação, investindo mais em armas do que em escolas. Uma mobilização nacional poderia erradicar o analfabetismo neste país em menos de três anos.

Além disso, é preciso por um fim ao grande negócio em que se tornou a educação. A educação também não pode ser objeto de lucro.

O ensino tem que ser público e gratuito em todos os níveis. Os filhos do trabalhador têm direito a boas creches, pré-escola, um ensino de primeiro e segundo graus de boa qualidade técnica-profissional, incluindo uma boa formação sobre os problemas sociais, a história e as lutas do nosso povo. É um serviço público fundamental tanto para o futuro dos nossos filhos quanto para tranquilizar a mulher e liberá-la ao máximo do trabalho doméstico.

Mais verbas para a educação — pelo menos 12% do orçamento nacional assegurados pela Constituição tornariam o curso superior acessível aos filhos do trabalhador e permitiriam uma remuneração decente ao magistério e aos funcionários de toda a rede de ensino.

A indústria cultural, o sistema educacional e os meios de comunicação de massa têm sido usados mais do que nunca para combater os valores populares, reforçando a dominação social e econômica sobre os trabalhadores.

É fundamental a articulação nacional dos movimentos culturais populares; a criação de centros de cultura onde os trabalhadores e o povo possam discutir e atuar através de várias atividades, reforçando a CULTURA POPULAR.

7. Somos todos iguais: chega de discriminação

O Brasil que queremos não é apenas o povo comendo, morando, tendo saúde, vestindo e se educando. A vida que almejamos tem que ser baseada sobretudo numa relação profundamente humana e fraterna, igualitária entre as pessoas, sem nenhum tipo de discriminação.

E nesta questão, a situação no Brasil é grave.

A mulher é tratada como ser de segunda categoria. A ela cabem os piores empregos e os menores salários, além de estar submetida à dupla jornada de trabalho, pois acumula todas as tarefas da casa. A todo momento é subjugada e humilhada, oprimida não só como trabalhadora, mas também como mulher.

O preconceito de cor é real. Os negros não têm os mesmos direitos que os brancos e, antes de mais nada, são tidos como suspeitos e marginais.

Os índios são tratados como débeis mentais, massacrados física e culturalmente, não sendo respeitadas nem mesmo as suas reservas de terras.

Os homossexuais são humilhados e discriminados, tratados como doentes ou caso de polícia.

Exigimos igualdade nas leis que regem a família, o trabalho e a sociedade. O direito ao trabalho, à profissionalização e a extensão dos direitos trabalhistas a todas as trabalhadoras, a exemplo das empregadas domésticas, respeito ao direito de salário igual por trabalho igual. As mulheres têm que possuir os meios para escolher se querem ou não ter filhos, o que implica o reconhecimento da função social da maternidade, o oferecimento de meios contraceptivos seguros e um atendimento médico permanente em todas as fases de sua vida.

É preciso acabar com todas as formas de discriminação contra os negros. As minorias, índios e homossexuais, têm que ser integralmente respeitadas.

8. No dinheiro do povo ninguém pode meter a mão

O PT defende uma política econômica que dê prioridade à produção de bens de consumo popular, tratores e trens, e não bens de luxo, soja ou álcool. Damos mais importância às obras de saneamento e habitação do que às obras grandiosas que encham os olhos dos bajuladores do regime.

Isto não significa entretanto ignorar a questão da energia. É que para nós a questão da energia não será resolvida nem pelo pró-álcool e muito menos pela construção de usinas nucleares. No que diz respeito à produção de energia elétrica a prioridade tem de ser dada à utilização imediata dos recursos hídricos, investindo em usinas hidrelétricas de porte médio e pequeno. Além disso, tem de ser incentivada a pesquisa nas áreas de energia solar, dos moinhos de vento, do biogás e melhor aproveitamento do carvão nacional.

Colocar a economia a serviço do trabalhador só será possível se acabarmos com o verdadeiro império de agiotas em que o país está-se transformando. Os bancos, corretoras de valores, seguradoras, parasitas que nunca plantaram um único pé de couve, elevam o preço do dinheiro, traficam com títulos de dívida pública, lucram com a mera circulação do dinheiro. O Estado tem que assumir o monopólio de todas as operações financeiras e orientar os recursos da poupança popular para onde interessa à maioria da população e não para que dê mais lucro a um agiota qualquer. Impõe-se portanto a estatização do sistema financeiro sob o controle dos trabalhadores.

Também é necessário acabar com o controle que os grandes monopólios exercem sobre a economia brasileira. Os interesses da maioria do povo justificam um combate sem trégua à ação nociva dos grandes monopólios sobre a nossa economia.

Finalmente, quem pegar este governo terá sobre si uma imensa dívida externa acumulada e que serviu para grandes negociações. O país não pode matar-se para pagar uma dívida na qual quem mais lucrou foram sempre os banqueiros internacionais. Propomos um completo INQUÉRITO para saber onde e como são aplicados os recursos provenientes da dívida. É preciso suspender o seu pagamento e estudar, caso por caso, as condições de reescalonamento dos prazos, renegociações, congelamento e até não-pagamento. Para melhor controle desta situação, impõe-se também a nacionalização do comércio exterior.

9. Com os contratos de risco os tubarões pouco arriscam e muito petiscam

Propomos o fim dos contratos de risco, um combate à desnacionalização do subsolo, da indústria energética e mineral e do monopólio privado da produção de energia.

A flora e a fauna, os rios, mares e florestas são bens nacionais que têm que ser preservados a qualquer custo e cuja exploração só pode ser feita dentro de um planejamento que leve em conta os interesses da maioria da população.

Nos propomos denunciar e impedir a ação criminosa das empresas poluidoras que, incentivadas pela freqüente omissão

dos órgãos governamentais de fiscalização, sacrificam a saúde da população em prol de seus lucros.

Lutamos para que as prefeituras e governos estaduais tenham autonomia para determinar o fechamento de indústrias poluidoras, atribuição hoje centralizada pelo presidente da República.

Lutamos pela inclusão de programas de educação ambiental nos currículos de 1º e 2º graus e do ensino universitário.

Propomos o fim do Projeto Carajás, a proibição da venda de amplas parcelas do território nacional ao capital estrangeiro e denúncia imediata do acordo Nuclear Brasil Alemanha.

Também não são de interesse dos trabalhadores soluções como a que foi dada para o projeto Jari, onde o governo bancou a falência do empreendimento e entregou o dinheiro do povo, de mão beijada, ao grande capital nacional.

10. O poder para os trabalhadores e o povo

Colocar a economia e a administração pública a serviço do povo é um dos principais objetivos do PT. Mas ele não será atingido simplesmente pela estatização das atividades produtivas. Isoladamente, isso só fortaleceria o poder dos tecnocratas e burocratas. Só acreditamos na mobilização dos trabalhadores. Esta mobilização tem de abrir condições para que todos os problemas de interesse público sejam submetidos ao controle popular.

As escolas terão que ser controladas por pais, mestres, alunos e funcionários, os postos de saúde terão de ser controlados pela população e as instâncias superiores do sistema de saúde terão de ser controlados por sindicatos e as associações, os trabalhadores têm de assegurar o direito de fiscalização a contabilidade das empresas, intervindo nas decisões sobre emprego, preço e salário; os sindicatos têm que ter voz forte no planejamento da economia nacional; as delegacias de polícia têm que ser fiscalizadas e controladas pelas associações e conselhos de moradores; etc.

Lutamos para que os trabalhadores derrubem a ditadura militar e coloquem por terra não só suas leis e sua falsa justiça, mas também a base econômica que o sustenta. Não haverá mudanças decisivas para o povo brasileiro enquanto os monopólios financeiros (que, em plena crise, apresentam lucros de 700% ao ano!) continuarem mandando na economia do país, os monopólios comerciais controlarem a circulação de mercadorias e os monopólios industriais a produção nacional. Reafirmamos nosso compromisso com a construção de um novo poder, baseado na classe operária e na mobilização de todos os que vivem de seu próprio trabalho, para construirmos uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Essa é a sociedade que os trabalhadores sonham e que desde hoje nossa luta prepara.

11. A luta dos trabalhadores é a mesma em todo o mundo

No plano internacional, somos solidários com todos os povos que lutam por sua libertação. Nesse momento, essa luta adquire particular importância na América Central e na África Negra, assim como a luta do povo palestino pela reconquista da sua terra.

O PT apóia a luta dos trabalhadores de todo o mundo. Cumpre ressaltar nesse momento a luta dos trabalhadores da

Polônia pelo aprofundamento do socialismo e pela democratização dos processos de decisão naquele país. Temos claro que a libertação de nosso povo depende também da luta internacional dos trabalhadores.

Defendemos, ainda, uma política externa independente com o estabelecimento de relações diplomáticas com todos os países socialistas. Somos contra que o Brasil mantenha relações diplomáticas com um Estado racista como a África do Sul e com a ditadura de El Salvador, e se negue a manter relações com Cuba, Albânia, Vietnã ou Coreia do Norte.

Os trabalhadores e os povos oprimidos de todo o mundo lutam contra a opressão e a exploração. No entanto, a libertação só vai ser efetivamente concretizada com a construção do socialismo.

12. Só o socialismo resolverá de vez o nosso problema

Desde sua fundação o PT afirmou o compromisso com a construção de uma sociedade sem explorados nem exploradores. Isto é, o seu compromisso com a construção de um Brasil socialista. E isto porque, tendo nascido da luta dos trabalhadores, o PT desde o início percebeu que os meios de produção deveriam ser de propriedade social, servindo não aos interesses individuais de um ou outro proprietário. Queremos uma sociedade em que os homens sejam valorizados e onde nenhum homem possa ter o direito de explorar o trabalho de outro. Uma sociedade em que cada um e todos possam ter iguais oportunidades para realizar suas potencialidades e aspirações.

As medidas que apresentamos acima não são suficientes, ainda, para que o nosso povo se desenvolvesse nesse sentido, e evoluísse assim para um estágio superior de civilização. Mas são, sem dúvida, um primeiro e importante passo para o socialismo que queremos.

As relações de amizade que o Brasil deve ter com os povos que lutam pela democracia e pelo socialismo não significam, entretanto, que possamos importar de qualquer um desses países, uma fórmula pronta de socialismo. Nosso socialismo será definido por todo o povo. Não nascerá de decretos, nem nossos nem de ninguém. Irá se definindo nas lutas do dia a dia e será sinônimo de emancipação dos trabalhadores e de todos os oprimidos.

NOSSA VEZ, NOSSA VOZ:

QUEM DECIDE

SOMOS NÓS

O PT veio para mudar o Brasil. Começamos já. Onde o PT ganhar prefeituras ou governos estaduais, esses postos serão colocados a serviço da mobilização e organização das classes trabalhadoras. A frente dos cargos executivos, o PT buscará, desde já, criar condições para a participação popular organizada e autônoma, com poder de decisão na sua atuação política e administrativa. Para isso recorrerá a plebiscitos, assembleias populares, conselhos de moradores e trabalhadores e outras formas que o movimento popular encontrar.

**CONFIE EM VOCÊ,
VOTE NO PT**

Carta Eleitoral traz estratégia e tática

A Carta Eleitoral do PT, que apresentamos a seguir, é um documento sobre o significado das eleições e sobre a campanha eleitoral. Serve de orientação aos Diretórios, aos Núcleos de Base e aos militantes. Trata de questões políticas mais gerais e das táticas de campanha.

As eleições de 1982 serão realizadas numa conjuntura caracterizada por aguda crise política, crescimento dos movimentos populares e pelos efeitos da crise econômica, traduzida em recessão industrial, desemprego e aumento acelerado dos preços. Trata-se sobretudo, de uma conjuntura marcada pela consciência que os trabalhadores vêm adquirindo de suas amplas e novas responsabilidades como força política independente e organizada, e do direito que possuem, como cidadãos e criadores da riqueza nacional, de participar no debate dos problemas e na definição dos destinos de nosso povo e de nosso país.

Isso é resultado da acumulação de experiência política por parte dos trabalhadores, em suas lutas em face dos patrões, do Estado e da Justiça Militar e Trabalhista. É resultado também da intensificação das lutas na área rural e da afirmação de um novo conteúdo na atividade pastoral da Igreja. Uma expressão concreta do avanço popular se encontra na realização da 1ª CONCLAT. Do mesmo modo, está aí, aos olhos de todos, a afirmação e o fortalecimento contínuo do PT, uma iniciativa autônoma dos trabalhadores, que vem se consolidando acima das previsões, planos, objetivos e regras do jogo oficial.

Esses componentes constituem, sob efeitos da crise econômica, as bases da nova tendência determinante na conjuntura atual, dentro da qual o regime busca uma transformação sob o seu controle. Fies estão à raiz do isolamento político, das dificuldades e divisões internas do atual governo: um governo autoritário, submetido à tutela militar e que procura, face às forças populares e democráticas apoiar-se ainda em instrumentos de arbítrio remanescentes dos Atos Institucionais e numa legislação de exceção que inclui as inelegibilidades e Lei de Segurança Nacional, além da legislação social com marcas de sua origem fascista.

Tais contradições explicam o apego aos expedientes antidemocráticos e a cogitação, entre os meios governistas, de novas restrições à participação popular. Explicam as pressões endurecedoras de setores do regime, exemplificadas pelo episódio do Rio Centro, pela recente condenação de lideranças sindicais do ABC, pelos processos apoiados na Lei de Segurança Nacional atingindo como alvo principal dirigentes e militantes do PT e pelas ameaças de adiamento do pleito de 1982. Explicam também o "Pacote de Novembro", com as novas dificuldades que trouxe à estruturação dos partidos e os novos limites que impõe ao exercício do voto. Contudo, o governo revela insegurança em face do desafio eleitoral, para o qual prepara novos casuísmos.

Diferentes Objetivos e Confronto no Processo Eleitoral

A importância dos interesses em jogo explica o aumento das contradições dentro dos grupos dominantes, bem como as dificuldades de manobra que encontram no campo institucional. E embora as características gerais do quadro conjuntural não concorram para criar condições que facilitem a supressão ou adiamento das eleições, é preciso registrar que essa alternativa não está completamente fora

das cogitações oficiais. A perspectiva de uma derrota eleitoral do partido do governo, apesar dos casuísmos que venham a ser adotados, transformam as eleições em importante elemento de tensão, pois é difícil acreditar que o regime esteja disposto a perder a sua maioria no Congresso e, eventualmente, no Colégio Eleitoral que indicará o sucessor de Figueiredo. A luta pela sua realização é, portanto, de fundamental importância para o PT, no sentido de propiciar aos trabalhadores uma oportunidade de expressar maciçamente sua avaliação política do regime e das diferentes forças partidárias, aumentando a sua organização e consciência política.

Mas fica evidente que todas as forças políticas têm determinados interesses na realização do pleito, embora sejam interesses diferenciados e mesmo antagônicos entre si.

Para o governo e sua base social as eleições poderão representar mais um passo na tentativa de consolidar seu processo de reformas limitadas sob o título inadequado de "abertura". Através dela o que pretende é restabelecer bases de apoio, promovendo mudanças superficiais nos mecanismos de participação e de representação institucional. Seu objetivo é o enfraquecimento da oposição operária e popular e recuperação do terreno que perdeu após a retomada das lutas de massa, que se vêm desenvolvendo desde 74 e explodiram em 78, por meio de greves e manifestações de massa. Para o regime trata-se, portanto, de prosseguir aplicando, agora através do jogo parlamentar e concessões que incluem eleições, o mesmo modelo econômico desnacionalizante e concentrador de renda imposto a partir de 64. Trata-se de manter sob as mesmas condições de cerco os trabalhadores da cidade e do campo. Ao invés de atender as pressões populares, o que lhe interessa é estruturar, com apoio nas urnas, uma legalidade que institucionalize o arbítrio, seja através de reformas constitucionais realizadas pelo Congresso, seja através de uma Constituinte controlada pelos donos do poder.

Para a oposição liberal e para determinados segmentos descontentes das classes dominantes, as eleições serão uma oportunidade de obter nova correlação de forças, que abriria portas para sua participação nas tomadas de decisão, através de um governo dito de **união nacional**.

Para os trabalhadores as eleições representam uma nova possibilidade de ampliar o espaço de organização e mobilização política. Embora estejam ainda cercadas de limitações e casuísmos, vão ser realizadas numa conjuntura mais favorável do que a de qualquer outro pleito pós-64. Em primeiro lugar, porque se darão sob uma crise que agrava dia a dia as condições de vida e predispõe o eleitorado a votar contra a situação. Em segundo lugar, porque desta vez não estaremos mais submetidos à obrigatoriedade de optar entre dois partidos criados pelo regime militar e controlados ambos por segmentos das elites dominantes. Desta vez contaremos com as possibilidades de votar em um partido criado por nossas próprias mãos: o Partido dos Trabalhadores. Em terceiro lugar, porque a existência do PT servirá de garantia para um debate político mais profundo, durante a campanha, sobre as transformações que interessam aos trabalhadores.

As Eleições e o Poder

Além de seguirem as regras que o próprio regime terminará impondo, nem de longe as eleições colocarão em disputa a estrutura do poder político vigente. Quando muito, poderão alterar parcialmente o atual controle da estrutura de governo a nível municipal e estadual, sem mexer nos centros decisórios de poder (burocracia, forças armadas, e o capital).

A conquista de espaços no Executivo e no Legislativo dos diferentes níveis só pode concorrer para a mudança da estrutura de poder, se os trabalhadores forem capazes de sustentar uma correta articulação entre as lutas travadas no interior desses organismos com as lutas fundamentais que se desenrolam fora deles. A participação do PT nas eleições não nos deve levar a confundir a conquista de executivos estaduais e municipais como sendo a conquista do poder. Mas eles devem servir como alavanca na organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do poder popular. É uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de propaganda em torno de um programa de transformações, de conquista de espaço mais amplo para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respaldo para as lutas sociais.

As Eleições e os Objetivos de Nosso Partido

O PT vai às eleições com dois objetivos básicos:

1. Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT.

2. Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso visa a fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores.

3. Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares (sindicatos, UNE, associações de moradores etc) e para isso assumir todas as reivindicações hoje postas pelas massas em luta.

4. Impor uma derrota eleitoral à ditadura e às forças que a apoiam direta ou indiretamente. Denunciar durante a campanha as regras eleitorais da ditadura, como por exemplo a série de pacotes do governo.

Isso significa que o PT deve, nessas eleições, cumprir exigência legal dos 5% dos votos à Câmara dos Deputados e 3% em 9 Estados, elegendo parlamentares que expressem os interesses políticos dos trabalhadores. Deve conquistar bancadas parlamentares fortes, destinadas a representar tribuna de denúncia e caixa de ressonância das lutas travadas fora do parlamento. Assumir a administração de Executivos, especialmente ao nível municipal, adotando medidas que facili-

tem a organização dos trabalhadores e mobilizem a comunidade na gestão do poder público, num processo que trará fértil aprendizado sobre a índole burocrática e cerceadora do Estado burguês.

É interesse do PT derrotar o partido governista e denunciar, durante a campanha, o caráter da "abertura", as regras eleitorais impostas e a inexistência de poder real nas mãos do Legislativo.

Ao mesmo tempo, o PT aproveitará as eleições para demonstrar que só é efetivamente opositor a política que expresse o interesse dos trabalhadores, em torno dos quais devem se unir todos os setores que lutam para pôr fim à ditadura.

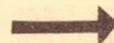
O PT se preocupa também em fazer da campanha eleitoral um período de fortalecimento em sua estruturação orgânica, ampliando as filiações, nucleando e implantando o Partido em áreas extensas do interior. Em levar aos palanques os temas fundamentais propostos hoje pelo movimento sindical e popular, ao contrário de correntes e políticos tradicionais que procuram transformar esses movimentos em currais eleitorais. Em combater a demagogia e o populismo, desfazer ilusões a respeito do Legislativo atual e dos Executivos Estaduais cerceados pelo Governo Federal. Em suma, será interesse do PT romper com as regras tradicionais do jogo eleitoral, em que as diferentes forças se lançam em busca da vitória a qualquer preço.

Eixo da Tática Eleitoral do PT

A tática eleitoral do Partido tem como eixo básico a questão de abrir aos trabalhadores, nesse pleito, a possibilidade de correr em raia própria, assegurando sua independência através de recursos próprios, candidatos próprios e plataformas próprias. É uma particularização da tática geral do Partido e deve, por isso, estar inteiramente em correspondência com os rumos gerais da tática de acumulação de forças através do fortalecimento das lutas sociais. As eleições representam, portanto, apenas um episódio, um momento definido de nossa atividade política permanente, em busca do objetivo final que é construir uma sociedade socialista, sem explorados e exploradores. Nossa participação no processo eleitoral não pode servir, portanto, para desviar o Partido de seus objetivos programáticos.

Desse eixo básico nascem as definições centrais de nosso Partido frente ao processo eleitoral que se aproxima. A primeira delas é a opção pelo lançamento de candidatos próprios do Partido em todos os níveis. Nessa linha, o Encontro Nacional de 6 de setembro de 1981 já estabeleceu: "O PT lançará em 1982 candidatos em todos os níveis, para todos os cargos legislativos e executivos, correndo em faixa própria e preservando a sua independência política".

Assim, o PT não fará coligação. Não por uma questão de princípio, mas por uma questão de tática. Fazer ou não coligação depende do momento político, do programa proposto e dos partidos que estejam interessados em realizá-la. O PT



se coloca também contra o pacote eleitoral do governo e demais medidas antidemocráticas impostas rejeitando incorporação ou fusão a qualquer partido.

O PT sairá às ruas para vencer, desconfiando de quaisquer pesquisas apressadas e explicando amplamente ao eleitorado que só é voto útil aquele dirigido a candidatos realmente comprometidos com os trabalhadores.

Ponto de importância básica em nossa tática é o estabelecimento de plataformas eleitorais que expressem as idéias gerais de nosso Programa político de transformação da sociedade através de propostas concretas. Tais plataformas, de nível municipal, estadual e nacional, serão extraídas de consultas a partir dos núcleos e dos movimentos populares e sindicais combativos. Tendo princípio no levantamento dos problemas que a população considera prioritários para serem solucionados em sua área a curto, médio e a longo prazos. A plataforma nacional será elaborada com base no conjunto das definições estaduais e aprovadas no próximo Encontro Nacional do Partido. Ela enfeixará as idéias mais gerais e abrangentes a serem propagandeadas sistematicamente em todas as campanhas do PT nos Estados e Municípios.

Nossa campanha deve representar, de fato, algo novo na história da participação eleitoral dos trabalhadores brasileiros. Daí a necessidade de cumprir rigorosamente determinadas exigências que assegurem ampla democracia na escolha de candidatos, nos rumos gerais da campanha e na unificação dos recursos.

Conteúdo Geral da Campanha

Com as eleições deste ano testaremos se nosso Partido é mesmo capaz de cumprir os compromissos assumidos com os trabalhadores brasileiros. E nossa fidelidade a esses compromissos exige que entremos na campanha eleitoral sem os vícios que tanto marcaram e marcam outros partidos em nosso país: o personalismo de autocandidatos, o tráfico de influências, a corrupção financeira, as promessas mentirosas, o clientelismo eleitoral e, sobretudo, o desrespeito às normas e orientações do Partido.

A campanha eleitoral do PT será uma campanha de luta, ou seja, não basta pensar em eleger candidatos. Devemos fazer das campanhas um mutirão político no qual o povo adquira maior consciência de sua situação e acredite em sua capacidade de transformar este país. Essa educação política das bases populares deverá ser a tônica de todas as nossas campanhas eleitorais.

Queremos, como trabalhadores, eleger candidatos afinados com as propostas políticas que correspondem à nossa ansiedade de uma vida melhor e justa. Queremos um Partido, com parlamentares ou cargos executivos que coloque nas mãos dos trabalhadores essas ferramentas para sua luta. Por isso, não admitimos que a plataforma democrática do PT seja usurpada por aqueles que querem atrelar o Partido a seus interesses individuais, tornando-o um mero trampolim de suas pretensões eleitorais. Nem aceitamos que o Partido seja manipulado por aqueles que o consideram meramente tático e que se enganam ao pensar que poderão usar o nosso espaço partidário como balcão de mercados negociando suas candidaturas em proveito de propostas e programas que não são os nossos.

Nosso Partido não cairá no erro de escolher como candidatos aqueles que têm o melhor discurso, mas sim aqueles que têm a melhor prática popular. Nossos candidatos devem brotar das lutas populares com nomes que encarnam as

aspirações das bases sociais nas quais se encontram efetivamente inscritos. Entre nós não haverá candidaturas biônicas forçadas em gabinetes, impostas de fora para dentro no movimento popular e no Partido, ou de cima para baixo. Ninguém tem o direito de querer acumular forças às custas da estrutura, da representatividade e da operatividade política do Partido.

Não haverá candidatos no Partido mas sim candidatos do Partido. Nem haverá campanhas desse ou daquele candidato, mas campanhas do Partido.

Para efetivamente levar em conta esses critérios gerais é preciso partir de algumas orientações concretas:

1. Processo de escolha de candidatos:

Antes das convenções que indicarão oficialmente os candidatos, o Partido deve apoiar todo o processo de seleção em encontros democráticos municipais, distritais e estaduais, garantindo participação ampla dos núcleos nas indicações.

Como regra mais geral, os candidatos a vereador devem ser indicados em assembleias do Partido nos locais de moradia. Para os demais candidatos devem ser encontradas formas de discutir as indicações também a partir dos núcleos, passando em seguida aos encontros de nível mais amplo.

Não corresponde aos princípios do PT emprestar sua legenda para candidaturas de pessoas não vinculadas orgânica e politicamente ao Partido. O PT veio para ser um Partido, e não uma mera frente de oposições.

2. Critérios para escolha de candidatos:

a) Participação nos movimentos dos trabalhadores em seus diversos níveis.

b) Representatividade social, ser expressão das diferentes lutas populares e democráticas.

c) Participação nas atividades concretas de construção do PT, apoio das bases do Partido e claro compromisso com nosso programa e plataforma.

3. Exigências para a composição da chapa:

Seja em relação aos cargos majoritários, seja em relação aos proporcionais, nossa chapa deve ser forte em termos políticos e composta de companheiros capazes de um trabalho eleitoral fundamentado politicamente, que atuem de maneira unitária em torno do programa e da plataforma do PT e das normas da campanha eleitoral. Uma chapa que obedeça as decisões do Partido, atue dentro da estrutura orgânica e participe de maneira coletiva na campanha.

Para que a chapa seja eleitoralmente viável, o PT deverá lançar o maior número de candidatos, se possível todos os que a legislação permite.

Para nós interessa substancialmente propagandar a legenda do PT junto aos nomes dos candidatos indicados em convenção.

Caso mude a legislação eleitoral e seja introduzido o voto majoritário conhecido como "distritão", haverá necessidade de reunir nova Convenção para deliberar sobre o lançamento de um número mais reduzido de candidatos.

Na chapa devem coexistir lideranças

políticas locais e nomes de expressão mais ampla, representando todo o arco social que hoje militem no PT ou simpatizem com seu crescimento.

Finalmente, toda composição de chapa deverá levar em conta o interior de cada Estado, as diferenças regionais, a diversidade dos bairros e procurar garantir a representatividade de cada área.

4. Campanha eleitoral unificada:

De tudo o que já foi afirmado sobre as características do PT fica clara a necessidade de sustentarmos uma campanha unificada. Ela será feita com base na Plataforma e na Tática Eleitoral definida pelos encontros democráticos, e todo candidato estará submetido a elas.

Para conduzir a campanha eleitoral será organizado um fundo de finanças do PT e estabelecido um conjunto de compromissos do candidato.

O Partido centralizará a propaganda eleitoral, as finanças e a organização da campanha (comícios, caravanas, cartazes, programas de TV e rádio). Com base na plataforma eleitoral serão definidas as linhas da propaganda, dos textos, dos cartazes e panfletos da campanha.

As estruturas específicas que o PT venha a organizar para a campanha, e especialmente os Comitês Eleitorais Unificados, devem se apoiar nas Secretarias do Partido, que deverão ser fortalecidas, e não abandonadas, no processo eleitoral.

O Comitê Eleitoral Unificado, que será constituído a nível municipal, estadual e nacional, coordenará todo o esforço eleitoral o Partido, assegurando a aplicação das normas aqui definidas. O Partido organizará a campanha eleitoral unificada tendo como objetivo os seguintes itens:

a) criar condições e oportunidades políticas e materiais iguais para todos os candidatos do PT.

b) evitar que os núcleos e diretórios sejam corrompidos ou desativados.

c) nossa campanha eleitoral deve ser ampla o suficiente para incluir todos os simpatizantes do PT no trabalho de propaganda e organização da mesma.

Definidos os candidatos em cada região, área ou município, mediante valorização das lideranças locais, os diretórios e núcleos do PT não poderão ser transformados em comitês individuais de candidatos. Neles haverá trabalho para todos os candidatos do município ou região. Não haverá áreas proibidas ou fechadas, feudos ou territórios de um só candidato. Para evitar dispêndio de energia entre candidatos em disputa por uma mesma área eleitoral, caberá ao Comitê Eleitoral Unitário dessa área organizar e coordenar a ação dos diferentes candidatos que aí desenvolvem suas campanhas.

Outro aspecto da campanha unificada é o Fundo Financeiro Comum para o PT. De nada serviria ser democrático na escolha dos candidatos e não dar condições iguais para todos na campanha eleitoral. Os candidatos que vêm do movimento popular e sindical não teriam recursos materiais para uma campanha que efetivamente viabilizasse sua eleição.

O PT organizará esse Fundo com base nas Secretarias de Finanças, criando instrumentos para arrecadar recursos, contribuições e doações, distribuições de bônus, compra e venda de material de propaganda etc. A administração desse fundo será de competência do Comitê Eleitoral Unificado correspondente.

Os candidatos eleitos pelo PT deverão exercer os seus mandatos mantendo mecanismos permanentes de consulta e decisão, compostos por representantes

dos trabalhadores e não abandonarão o trabalho político ou sindical de base.

5. Compromissos do Candidato com o Partido:

A definição prévia de algumas normas de relacionamento entre os eleitos e o Partido tem como objetivo assegurar um desempenho de mandato que esteja de acordo com a plataforma, a tática e os princípios do PT.

Tal definição deve incluir:

a) a atuação política dos chefes de Executivo e Parlamentares do PT, os planos de ação e os critérios de aplicação de recursos serão submetidos aos órgãos partidários correspondentes.

b) a iniciativa de projetos de lei será de organismos partidários ou de parlamentares submetidos sempre à ampla discussão das bases.

c) a contratação de assessores se fará ouvindo as direções partidárias executivas.

d) a indicação de lideranças de bancadas parlamentares será feita ouvindo os diretórios das respectivas instâncias partidárias.

e) a nível federal e estadual, os parlamentares e membros do Executivo eleitos pelo PT contribuirão financeiramente com o Partido em pelo menos 40% de seus proventos. A nível municipal a fixação da porcentagem estará a cargo do Diretório local, ficando reservada à direção nacional a competência para examinar o critério que vier a ser estabelecido.

Considerando também que o militante do PT, ao ser eleito, está recebendo uma tarefa específica e não um mero cargo, nossos parlamentares assumem o compromisso político de não recorrerem ao dispositivo legal que lhes assegura a possibilidade de recandidataram-se independentemente do julgamento das bases sobre o seu desempenho. Não há candidatos natos no Partido dos Trabalhadores.

Essas normas devem ser rigorosamente observadas dentro do Partido dos Trabalhadores, de modo que possamos evitar entre nós o joio do oportunismo, do vanguardismo, do eleitoralismo, do manobrista político, do aparelhismo, e construir um partido que mereça a total confiança dos trabalhadores. Já aprendemos que só uma maneira inteiramente nova de fazer política será capaz de efetivamente conduzir a uma sociedade socialista na qual os trabalhadores detenham total e absoluto controle.

TEXTO APROVADO NO ENCONTRO NACIONAL DO PT. SÃO PAULO, 27 E 28 DE MARÇO DE 1982.

Os documentos oficiais do PT

Este encarte especial do JORNAL DOS TRABALHADORES, que acompanha o nº 2 (1ª quinzena de abril), traz, na íntegra, a Plataforma e a Carta Eleitorais do PT. Os dois documentos foram aprovados pelo Encontro Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizado nos dias 27 e 28 de março, com a presença de mais de quatrocentos representantes das bases petistas do País.

Os dois documentos oficiais do PT constituem a orientação básica para militantes e candidatos do partido na campanha eleitoral de 1982. Ambos são o resultado de discussões e debates havidos nos últimos meses, não apenas no Interior do Partido, mas entre o Partido e os movimentos populares.